

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**AÇÕES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUAS
RELAÇÕES COM A INTERDISCIPLINARIDADE E
CIDADANIA:
O caso do projeto social “Educação Ambiental na
Vila Kennedy”**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Sérgio Botton Barcellos

Santa Maria, RS, Brasil, 2009.

**AÇÕES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUAS RELAÇÕES
COM A INTERDISCIPLINARIDADE E CIDADANIA:
O caso do projeto social “Educação Ambiental na Vila
Kennedy”**

Por

Sérgio Botton Barcellos

Monografia apresentada ao Curso de Especialização do Programa de Pós- Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Educação Ambiental

Orientador: Prof. Dr. Holgonsi Soares Gonçalves Siqueira

Santa Maria, RS, Brasil.

2009.

Barcellos, Sérgio Botton**B242a**

Ações em educação ambiental e suas relações com a interdisciplinaridade e cidadania : o caso do projeto social “Educação Ambiental na Vila Kennedy” / por Sérgio Botton Barcellos ; orientador Holgonsi Soares Gonçalves Siqueira. - Santa Maria, 2009.

95 f. ; il.

Monografia (especialização) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, RS, 2009.

1. Educação ambiental 2. Educação 3. Cidadania 4. Interdisciplinaridade I. Siqueira, Holgonsi Soares Gonçalves II. Título

CDU: 504:37

Ficha catalográfica elaborada por
Luiz Marchiotti Fernandes – CRB 10/1160
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Rurais/UFSM

© 2009

Todos os direitos autorais reservados a Sérgio Botton Barcellos. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho é permitida mediante a devida citação bibliográfica do autor, conforme as normas acadêmicas e a legislação brasileira.

End. Eletrônico: sergiobbarcellos@hotmail.com.

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental
Curso de Especialização em Educação Ambiental**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**AÇÕES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUAS RELAÇÕES COM A
INTERDISCIPLINARIDADE E CIDADANIA:
O caso do projeto social “Educação Ambiental na Vila Kennedy”**

elaborada por
Sérgio Botton Barcellos

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Educação Ambiental

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Holgonsi Soares Gonçalves Siqueira
(Presidente/Orientador)

Profº. Dr. Jorge Orlando Cúellar Noguera (UFMS)

Profº. Dr. João Vicente Ribeiro Barroso Costa Lima (UFMS)

Santa Maria, 17 de março de 2009.

DEDICATÓRIA

Ao meu pai Sérgio Antônio da Silva Barcellos *(in memoriam)*.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a minha base de sustentação, meu porto seguro: minha família, que tanto amo.

Ao meu pai Sérgio (*in memoriam*) pela pessoa que foi, pelo incentivo que me deu e por ter feito tudo o que podia por mim, incondicionalmente. Muito do que sou e o que faço vem de você. Prometo carregar e jamais vou esquecer e o seu amor por todos nós.

A minha mãe Alair pela força do seu exemplo, pelo incentivo que me dá apesar das dificuldades e por proporcionar a tranquilidade necessária para seguir em frente na minha jornada. Pessoa que carinhosamente corrigiu e revisou esse trabalho.

Aos meus irmãos Aline e Tiago, pela ajuda e convivência durante toda essa nossa vida, apesar da distância e diferenças, vocês são parte de mim em todo o momento e em qualquer lugar.

Aos meus sobrinhos Matheus e João Pedro. Fontes de meu reencantamento para essa vida, às vezes, tão complicada e cheia de obstáculos. É muito bom me sentir criança quando estou com vocês.

A Luciana minha ex-companheira, pelo amor, carinho e dedicação. Jamais te esquecerei. Muito Obrigado!

Aos meus amigos (da vila, universidade e da vida) pela parceria, companhia e amizade nos mais diversos momentos dessa vida e período de especialização.

Aos Professores e colegas da turma de especialização pela parceria, boas conversas, conselhos e momentos agradáveis que juntos vivemos durante o curso.

Agradeço de forma muito especial toda a equipe do Programa de Agentes Comunitárias de Saúde da Vila Kennedy (todas, todas!). Aprendi muita coisa com vocês e a entender como a simplicidade na vida pode ser tão marcante e especial. Jamais esquecerei de vocês “gurias”!

A direção, professores, pais e educandos da Creche Municipal Fiori Druck e a ONG-CEMPA por terem sido base de estudo para essa pesquisa. Da mesma forma agradeço Aline e Tiago amigos e companheiros de projeto. Obrigado pela parceria e por acreditarem nesse trabalho. Muito obrigado mesmo!

Por fim, agradeço ao meu orientador Prof. Holgonsi Soares Gonçalves Siqueira pela paciência, atenção, dedicação e disponibilidade para auxiliar, de forma tão essencial, a realização desse trabalho e pela parceria nos trabalhos acadêmicos. Grato pela ótima orientação!

EPIGRAFE

Precisamos de Você

Aprende - lê nos olhos,
lê nos olhos - aprende
a ler jornais, aprende:
a verdade pensa
com tua cabeça.

Faça perguntas sem medo
não te convenças sozinho
mas veja com teus olhos.
Se não descobriu por si
na verdade não descobriu.

Confere tudo ponto
por ponto - afinal
você faz parte de tudo,
também vai no barco,
"aí pagar o pato, vai
pegar no leme um dia.

Aponte o dedo, pergunta
que é isso? Como foi
parar aí? Por que?
Você faz parte de tudo.

Aprende, não perde nada
das discussões, do silêncio.
Esteja sempre aprendendo
por nós e por você.

Você não será ouvinte
diante da discussão,
não será cogumelo
de sombras e bastidores,
não será cenário
para nossa ação.

Bertold Brecht

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 AÇÕES E POSSIBILIDADES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, SOB UMA ÓTICA INTERDISCIPLINAR	18
1.1 Breves considerações sobre: Projetos sociais, Educação ambiental e Interdisciplinaridade.....	18
1.2 Projeto Social “Educação Ambiental na Kennedy”	21
1.3 Dialogando na creche.....	24
1.4 Creche e comunidade: fontes de reflexão e percepção em educação ambiental e interdisciplinaridade.	26
2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA VILA KENNEDY: CONTRIBUIÇÕES PARA O CONTEXTO EDUCACIONAL FORMAL	36
2.1 Educação Ambiental na creche: em “ação” e “extensão”	37
2.2 Conscientização ambiental na educação formal: (des) caminhos em um rumo a ser trilhado.	45
3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA VILA KENNEDY: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA NA COMUNIDADE	53
3.1 ONG e creche: percepções e ações em educação ambiental e cidadania	56
3.2 Eleições municipais 2008: possibilidade ou entrave para a cidadania? ..	65
3.3 Vivências em cidadania: quando que o novo, não necessariamente é o novo?	68
3.4 Projetando caminhos e vivenciando desafios: a incógnita da continuidade	72
CONCLUSÃO	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82
ANEXOS	90
ANEXO A - Roteiro semi-estruturado de entrevista.....	91
ANEXO B - Roteiro com algumas atividades em educação ambiental planejadas e realizadas com os educandos da Creche Municipal Fiori Druck, durante o Projeto “Educação Ambiental na Vila Kennedy”	92

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Roteiro semi-estruturado de entrevista.....	91
ANEXO B - Roteiro com algumas atividades em educação ambiental planejadas e realizadas (nem todas) com os educandos da Creche Municipal Fiori Druck, durante o Projeto “Educação Ambiental na Vila Kennedy”.....	92

RESUMO

Monografia de Especialização
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental
Universidade Federal de Santa Maria

AÇÕES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUAS RELAÇÕES COM A INTERDISCIPLINARIDADE E CIDADANIA:

O caso do projeto social “Educação Ambiental na Vila Kennedy”

AUTOR: SÉRGIO BOTTON BARCELLOS

ORIENTADOR: HOLGONSI SOARES GONÇALVES SIQUEIRA

Data e local de defesa: Santa Maria, 16 de março de 2009.

A presente pesquisa teve como objetivo analisar os limites e as possibilidades que permeiam a relação “educação ambiental -interdisciplinaridade- cidadania”. Sendo assim, procurou-se elucidar quais as possíveis transformações que projetos sociais em educação ambiental podem instigar em um cenário educacional formal estabelecido, por meio de ações educativas interdisciplinares e de estímulo a cidadania. Tendo como objeto de pesquisa o projeto social “Educação Ambiental na Vila Kennedy”, promovido pelo Centro Multidisciplinar de Pesquisa e Ação - CEMPA, esse trabalho foi desenvolvido junto a Creche Municipal Fiori Druck na Vila Kennedy, em Santa Maria-RS, no decorrer do ano letivo de 2007. Como base para a fonte de pesquisa foram utilizadas as técnicas de observação participante, relatos e a realização de entrevistas semi-estruturadas com integrantes da comunidade escolar e do projeto social. A análise qualitativa realizada considera o projeto analisado para além do espaço escolar, levando em consideração a influência que as ações em educação ambiental possam ter originado nas vidas cotidianas das pessoas envolvidas e de que forma promoveram o exercício da cidadania na comunidade. A monografia foi norteadas pelas seguintes questões: a) ampliação do entendimento da comunidade acerca do tema ambiente; b) possibilidade de superação da estrutura disciplinar e c) inserção da temática ambiental nas disciplinas da escola, no qual desvelam possíveis indicadores cotidianos de limitações e perspectivas que projetos sociais em educação ambiental, realizados em escolas públicas e comunidades urbanas, podem apresentar no decorrer de seu processo.

Palavras-chave: educação ambiental; interdisciplinaridade; cidadania.

ABSTRACT

Final Paper

PhD Program on Environmental Education
Universidade Federal de Santa Maria**ACTIONS IN ENVIRONMENTAL EDUCATION AND THEIR
RELATIONSHIPS WITH SUBJECT CONNECTION AND CITIZENSHIP:
The case of the social project “Environmental Education in *Vila
Kennedy*”**

AUTHOR: SÉRGIO BOTTON BARCELLOS

ORIENTING PROFESSOR: HOLGONSI SOARES GONÇALVES SIQUEIRA

Date and place of presentation: Santa Maria, March 16th, 2009.

This research aimed to analyze the limits and possibilities which permeate the relationship “environmental education-subject connection-citizenship”. So, we tried to clarify what possible transformations social projects on environmental education may stimulate in an established formal educational scenery, through interdisciplinary educative actions and those which stimulate citizenship. Having as a research object the social project “Environmental Education in *Vila Kennedy*”, promoted by *Centro Multidisciplinar de Pesquisa e Ação – CEMPA*, this work was developed together with *Creche Municipal Fiori Druck* in *Vila Kennedy, Santa Maria – RS*, during the school year of 2007. As basis for the research resource, we used techniques of participant’s observation, reports and interviews half-structured with people from the school community and from the social project. The qualitative analysis made considers the analyzed project for beyond the school space, taking into consideration the influence that actions in environmental education may have originated in daily life of people involved and how they promoted citizenship exercise throughout the community. This final paper is based on the following issues: a) enlargement of the community understanding about the topic environment; b) possibility of overcoming the disciplinary structure; c) insertion of the topic environment in the school subjects. It showed possible daily indications of limitations and perspectives that social projects on environmental education, developed in state schools and urban communities, may present during their process.

Keywords: environmental education; subject connection; citizenship.

INTRODUÇÃO

As relações entre sociedade e ambiente são estabelecidas de vários modos¹ entre os agentes que vivem nesse meio, ativando um conjunto de relações sociais entre os sujeitos, o ambiente e os demais seres. Nesse contexto de interações, mesmo que não se perceba ou não se reflita acerca disso, é estabelecido, de um modo ou outro, um cenário repleto de diversas circunstâncias de expressão e sentidos políticos.

O “ambientalismo” ou a “questão ecológica”, enquanto temática de relevante importância social na atualidade e como ação coletiva, emerge ao longo da história, com evidência especial no século XX, a partir da década de 1960, abarcando e mobilizando distintos segmentos da sociedade, em diversas escalas sociais no mundo, constituindo o que pode ser entendido como movimentos “socioambientais”. Esse tema, enquanto gerador de mobilizações em escala global na sociedade vem mobilizando os mais diversos grupos sociais que entendem como necessária a mudança das práticas e comportamentos geradores do atual modelo de desenvolvimento e exploração da natureza. Dentre os grupos de interesse e os movimentos sociais (ONGs; movimentos ambientalistas, associações, grupos políticos) que disputam os rumos, debates e direcionamentos acerca da temática ambiental, acredita-se que a adesão a uma visão “ecológica” pode permitir a constituição de interesses sociais mais compartilhados e pautados na mudança de valores e de formas de reprodução social nos mais diversos contextos locais.

Assim, uma dessas expressões e mobilizações está no campo da educação desenvolvida nos mais diferentes contextos que a qual faz parte de um campo social que abriga muitas formas e possibilidades de formação dos sujeitos. Nesse cenário,

¹ Esses modos seriam referentes a questões sociais, culturais, políticas, filosóficas e históricas.

diversos atores, forças e projetos políticos atuam na disputa pelos rumos da ação educativa. A educação pensada sob essa ótica pode incluir também a educação ambiental.

Atuando enquanto alternativa de ação educativa nesse campo, a educação ambiental pode abrir novas possibilidades de interagir junto ao cotidiano social, bem como junto às pessoas e à sociedade. Diante disso, a educação ambiental pode oferecer oportunidades de ações que estimulem as pessoas a interagirem e a atuarem enquanto sujeitos de transformação no ambiente no qual vivem, demonstrando, assim, de que maneira a participação no ambiente comunitário pode estimular a cidadania e abrir novos canais de participação na sociedade.

Contextualizando a “questão ambiental” no Brasil, cabe ressaltar que essa temática chegou num período histórico - década de 1970 - de plena ditadura militar. Época essa na qual os movimentos sociais encontravam-se desarticulados e a educação estava sob forte tutela do estado ditatorial que combatia a politização dos espaços educativos. O resultado foi em termos de educação ambiental, segundo Loureiro (2004), uma ação governamental que primava pela dissociação entre o ambiental e o educativo/político. Tal ação favoreceu a proliferação dos discursos ingênuos e naturalistas e a prática focada na sensibilização do “humano” perante o “meio natural”, caracterizando o que pode ser chamado de uma “educação ambiental convencional”.

A educação ambiental no Brasil começou a assumir um papel político e transformador a partir dos anos de 1980, em meio à conjuntura política vivida no país (Movimento “Diretas Já”, redemocratização, constituinte, entre outros). Nessa conjuntura, contou-se com maior aproximação de educadores e das instituições públicas de educação com agentes envolvidos junto à educação popular, militantes de movimentos sociais e ambientalistas (Loureiro, 2004).

Dentre os mediadores que atuam junto à educação ambiental e às discussões acerca do tema, estão as ONGs, que iniciaram suas atividades de educação ambiental com mais força a partir dos anos de 1990, tendo como objetivo atuar junto às comunidades e conscientizá-las em relação a esse tema. Nesse contexto, diversos atores, instituições governamentais e não-governamentais debatem muitas temáticas, realizam mobilizações comunitárias, projetos acadêmicos e promovem

diversos projetos sociais, sendo a educação ambiental um dos temas geralmente enfocados.

A temática ambiental vem assumindo um papel importante, despertando a atenção e o interesse das comunidades, devido ao grande enfoque midiático dado ao tema. A relevância dada à temática também se deve ao fato de serem perceptíveis os efeitos da exploração depredatória junto ao ambiente, sendo a mesma motivada pelo atual modelo de desenvolvimento adotado pela sociedade.

Com isso, a partir de uma pesquisa realizada em um projeto social em educação ambiental realizado por uma Organização Não-Governamental (ONG) no município de Santa Maria-RS, no ano de 2007, junto à comunidade escolar de uma creche, pretende-se avaliar e problematizar essa iniciativa. Sendo assim, o objeto dessa pesquisa é o projeto social “Educação Ambiental na Vila Kennedy” que foi promovido pelo Centro Multidisciplinar de Pesquisa e Ação - CEMPA.

Sob esse enfoque, a presente pesquisa pretende analisar de que forma as ações desse projeto contribuíram para a implementação de ações em educação ambiental e cidadania numa creche da rede municipal de ensino no Bairro Salgado Filho, Santa Maria-RS. Tal estudo tem como objetivo, portanto, analisar os limites e as possibilidades que permeiam a relação “educação ambiental – interdisciplinaridade - cidadania”. Com esse eixo serão elucidadas de maneira mais específica quais as possíveis transformações que projetos sociais em educação ambiental podem motivar em um cenário educacional formal estabelecido e em sua comunidade escolar, por meio de ações educativas interdisciplinares e de estímulo à cidadania,

A presente pesquisa justifica-se na medida em que a educação ambiental e os debates junto à questão ambiental vêm ganhando destaque cotidianamente nos mais diversos cenários e contextos. Dessa forma, destacou-se como uma das motivações de abordagem nesse trabalho o desenvolvimento de iniciativas em educação ambiental junto a uma creche e sua comunidade escolar, em uma das áreas apontadas como de risco social no município de Santa Maria-RS.

Mesmo se tratando de um trabalho de monografia, abordando uma atividade desenvolvida por estudantes universitários, a necessidade de avaliar esse projeto foi percebida. Justifica-se tal estudo pelo fato de que, dentre muitas iniciativas que são

desenvolvidas inclusive em âmbito da pesquisa e extensão universitária, poucas delas passam por um processo de avaliação que leva em consideração os atores que participaram e interagiram nessas experiências como objeto de pesquisa ou como público alvo. Logo, esse trabalho busca ressaltar e descrever o projeto desenvolvido que envolveu tanto a comunidade escolar, quanto os demais atores que interagiram no processo. Propõe-se também considerar o contexto e o estímulo a processos avaliativos junto a iniciativas comunitárias.

Como se está avaliando um projeto em Educação Ambiental desenvolvido junto a uma creche deve-se considerar que este é um espaço que pode proporcionar uma reflexão crítica e de modo coletivo acerca dos conflitos e das relações que podem ter se dado em seu interior com o desenvolvimento do projeto, além da realização de suas atividades curriculares e educativas corriqueiras. Diante disso, o projeto social em questão é analisado para além do espaço escolar, levando em consideração, também, a influência que as ações em educação ambiental possam ter originado nas vidas cotidianas das pessoas envolvidas e observando a forma pela qual tais ações estimularam o exercício da cidadania na comunidade.

Essa pesquisa tem como procedimentos metodológicos de pesquisa a observação participante realizada durante o desenvolvimento do projeto junto ao espaço social da creche municipal Fiori Druck e na Vila Kennedy. Outro procedimento utilizado foi a realização de entrevistas com roteiro semi-estruturados (ANEXO A) junto a integrantes da comunidade escolar (educadoras, estudantes, conselho de pais e agentes comunitárias de saúde) do projeto social (estudantes universitários e colaboradores) e dos relatos desses atores captados no decorrer da pesquisa. A partir da entrevista e dos depoimentos, procurou-se suscitar como a comunidade escolar percebeu e entendeu a importância das ações em educação ambiental e a realização destas relacionadas com as atividades interdisciplinares no espaço escolar da creche.

Segundo Demo (1995), para a execução da análise qualitativa dos fenômenos sociais, a abordagem metodológica de pesquisa pela qual se optou nesse caso torna-se útil à ferramenta da análise de conteúdo. Sob a ótica qualitativa, esse instrumento se concentra nos “conteúdos da prática” social, deixando de lado a formalidade da elaboração discursiva. Considera-se que esta forma de investigação

delineia, sobretudo, o caráter do depoimento dos participantes do projeto “naquilo que têm de compromisso político, obtendo-se um dado dialogado” e discutido. (Demo, 1995, p. 246).

Destacam-se nesse sentido, enquanto referencial teórico, autores como Edgar Morin, a partir da proposta de pensamento e reflexão acerca do “Paradigma da Complexidade” no qual se acredita que é possível articular tal conceito com a educação ambiental de modo crítico e reflexivo. Outro autor que destaca-se é Enrique Leff, pois, além de abordar o paradigma da complexidade e as diferentes formas de conceber epistemologicamente a noção do termo ambiental, articula esses conceitos de forma crítica com os atuais problemas ambientais e as relações humanas que permeiam esse contexto de discussão.

Numa abordagem mais ampla, para realizar a discussão, problematização em relação a “campo social” e as possíveis demandas sociais da comunidade pesquisada, utilizou-se para exercitar teoricamente algumas observações e noções nesse sentido, dentre outros autores, por exemplo, Pierre Bourdieu. Já, em relação à discussão levantada referente a pontos e questões na temática da cidadania e ações em educação ambiental foram referenciados os trabalhos acadêmicos de Isabel Cristina de M. Carvalho, bem como, Paulo Freire e Pedro Demo.

Como referencial teórico para o desenvolvimento dessa monografia, optou-se, também, por utilizar diversos autores com trabalhos desenvolvidos na área da educação, interdisciplinaridade, educação ambiental, projetos sociais e cidadania. Dentre os trabalhos que serão utilizados, relacionam-se monografias de especialização com enfoque em educação ambiental escolar, bem como dissertações, teses e demais trabalhos acadêmicos na área que abordam experiências e pesquisas em escolas e em contextos comunitários.

A partir da temática da educação ambiental, tendo como interface a interdisciplinaridade e novas possibilidades pedagógicas, o projeto social “Educação Ambiental na Kennedy” é analisado como mais um meio e possibilidade de transformação social, tendo a creche e a comunidade como fontes de descrição e percepção desse contexto.

No primeiro capítulo desse trabalho, pretende-se realizar uma discussão acerca de projetos sociais em educação ambiental envolvendo o terceiro setor, em

especial as ONGs, sob uma perspectiva interdisciplinar. No referido capítulo, será feita uma discussão referente ao tema, pautando princípios e formas de como a educação ambiental pode ser trabalhada em comunidades escolares e um breve histórico junto com o relato das atividades desenvolvidas pelo projeto social pesquisado junto à creche em questão.

Já em sua segunda parte, essa pesquisa busca focar de que modo as ações em educação ambiental na Vila Kennedy contribuíram de alguma forma, no decorrer do ano letivo, em um espaço de educação formal como a creche Municipal Fiori Druck. A partir da discussão em relação à extensão universitária, à conscientização ambiental e às possibilidades de atuação de projetos sociais com participação da comunidade escolar serão apontadas possibilidades e estratégias de ações adotadas no transcorrer desse processo para que possa haver a continuidade da iniciativa ao longo do tempo.

No capítulo final será procurado apontar limites e possibilidades para o exercício da cidadania na comunidade a partir das ações em educação ambiental na Vila Kennedy. A partir do ponto de vista e das opiniões da comunidade escolar, buscou-se analisar de que forma as atividades em educação ambiental tiveram importância e auxiliaram no estímulo de ações em educação ambiental e cidadania no espaço escolar, nas vidas cotidianas das pessoas envolvidas na iniciativa e também nos acontecimentos da comunidade.

1 AÇÕES E POSSIBILIDADES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, SOB UMA ÓTICA INTERDISCIPLINAR

1.1 Breves considerações sobre: Projetos sociais, Educação ambiental e Interdisciplinaridade

Projetos sociais são desenvolvidos, com diferentes temáticas e intencionalidades, cotidianamente e em maior número por instituições governamentais e não-governamentais, em diversas comunidades de “risco social”, nas cidades brasileiras. Essas iniciativas constituem-se com diferentes temáticas e intencionalidades por parte de tais entidades, que podem ser exógenas ou endógenas em relação à comunidade trabalhada. Uma das temáticas mais abordadas nesses projetos tem sido a Educação Ambiental, junto a comunidades, escolas e grupos de moradores.

Quando se propõe desenvolver atividades em educação ambiental num determinado grupo social ou comunidade, deve-se considerar que esses são espaços sociais onde os agentes e grupos são definidos pelas suas posições relativas, sendo que os interesses que daí resultam podem ser contraditórios e conflituosos (Bourdieu, 1989). Diversas identidades sociais podem se estabelecer em uma comunidade, a partir das relações consolidadas pela história, origem, posições sociais e políticas. Nessas relações sociais convergem e divergem diversos graus de consciência, tensões políticas e socializações, nas quais algumas, enquanto núcleos de convergência podem trabalhar em diversos sentidos, sendo esses núcleos tipicamente familiares ou coletivos e com diversos níveis de interação.

Nesse aspecto, apontam-se projetos sociais que tenham como meta trabalhar com a ampliação do “olhar” da comunidade acerca do meio - ambiente no qual vive e da maneira como ela pode interferir crítica e responsavelmente nessa realidade, possibilitando a implementação concreta de iniciativas em Educação Ambiental. Uma das características que a Educação Ambiental apresenta, é a possibilidade de superação da estrutura disciplinar, que não proporciona a visualização das relações contidas na realidade existencial e representa a manifestação da instrumentalização da razão pela especialização e da racionalização entre meios e fins.

O pensamento que é feito sob essa estrutura disciplinar é estático e fragmentário. Essa forma de pensar pode ser causadora de ações discriminatórias de setores da realidade, tanto nas esferas públicas como nas privadas, quanto na análise e interpretação de fenômenos epistemológicos e do conhecimento (Zart, 2008).

A educação ambiental tratada por meio de princípios sociais referenciados pelos movimentos ambientalistas propõe um franco e amplo debate em nível mundial. Temas como (eco) cidadania, consciência sócio-ambiental e como se dão os problemas ambientais atuais, podem ser dialogados, debatidos e mobilizados em uma comunidade sob diversas formas de percepção, múltiplas perspectivas sociais, políticas e de produção de conhecimento.

Diante dessa perspectiva faz-se necessária a atuação de agentes devidamente estimulados e preparados, para abordar e estimular, formas de sensibilização e participação da comunidade em todos os seus níveis de organização. Nesse sentido com a educação ambiental abrem-se novas possibilidades de trabalhar o cotidiano, o em torno das pessoas e o seu agir social. Desse modo, ela oferece oportunidades de trabalho sócio-educativo, que estimulam as pessoas a interagir e a tomar decisões em relação ao ambiente onde vivem, e a descobrir como a participação no ambiente comunitário pode estimular a cidadania e revelar novos canais de participação na sociedade.

A busca por envolver diversos agentes em um processo de mobilização e educação ambiental exige e necessita trabalhar, no mínimo, com um esforço multidisciplinar. Daí a necessidade de procurar abranger e compreender diversas formas de conhecimento e interação de atores, convergindo e debatendo, buscando

ações e resoluções com objetivos em comum. Isso possibilita conferir um novo valor à experiência. Ressalta-se que tal processo de sensibilização ocorre diariamente e não momentaneamente (deve ocorrer no dia-a-dia e não apenas em determinados momentos).

Nesse cenário, a multidisciplinaridade² é uma alternativa, que pode mediar em um grupo social relações mais complexas, sendo assim, a interdisciplinaridade surge como alternativa viável, mas cheia de resistências e percalços, pois também trata-se de um conhecimento contra-hegemônico e que, no campo das práticas educacionais, é muito propagandeado, mas com imensas dificuldades de se estabelecer como proposta trabalhada.

Cada vez mais se torna necessária, como alude Três (2006) a formação de novos cidadãos e movimentos sociais, ambientalistas, ou de outras frentes de luta, capazes de questionar e criticar, mas também de formular propostas de ações que possam fundamentar valores de justiça social para todos.

Mediando a temática da educação ambiental e as discussões a cerca do tema, muitas ONGs iniciam suas atividades de educação ambiental com o objetivo de induzir um comportamento supostamente “positivo” com relação ao meio ambiente. Outras se envolvem nesse campo, visando encorajar vítimas de problemas ambientais a tomarem atitudes contra aqueles que causaram esses problemas. No entanto, pelo próprio processo da educação ambiental no Brasil, deve também ser considerado, que há uma tendência à execução de trabalhos isolados, sem interação e cooperação entre instituições (governamentais, empresas, universidades e ONGs). Dessa maneira, interessantes experiências de algumas instituições, que poderiam ser utilizadas por outras, são freqüentemente ignoradas (Carvalho, 2008).

Nas discussões envolvendo o terceiro setor, em especial as ONGs e os projetos sociais que estas desenvolvem, existem diversos pontos de vista e opiniões sobre essas organizações, nos quais são pautadas suas possíveis ações sociais e administrativas, bem como, as formas de relação com os governos e o setor privado. Segundo Ferreira (1999), por meio dessas ações, as ONGs movimentam pessoas, recursos financeiros, conhecimentos e principalmente códigos políticos. Na medida em que encontram soluções muitas vezes simples e de baixo custo para problemas

² Para Japiassu (1976) multidisciplinaridade "a gama de disciplinas que propomos simultaneamente, mas sem fazer aparecer às relações que podem existir entre elas".

que pareciam insolúveis, seus recursos de poder e legitimidade aumentam intensamente.

Nesse sentido, Jacobi (2003), aponta que o grande salto de qualidade nas atividades comunitárias em educação ambiental tem sido feito pelas ONGs e organizações comunitárias, que têm desenvolvido ações não formais centradas principalmente na população infantil e juvenil. A lista de ações é considerável e há muitas referências que são indicativas de práticas inovadoras preocupadas em incrementar a co-responsabilidade das pessoas em todas as faixas etárias e grupos sociais quanto à importância de formar cidadãos cada vez mais comprometidos com a defesa da vida.

Entretanto, problematizando o tema, Montaño (2007) retrata que os projetos das ONGs, de uma aparência progressista, podem mostrar uma face conservadora liberal também. Na visão do autor, as associações livres, mais do que uma forma de ampliar o poder popular dos oprimidos e explorados são uma forma de conter as insatisfações desses e pulverizar a participação e lutas sociais, transformando-as em atividades por interesses específicos de pequenos grupos.

Nessa perspectiva de transformação social entende-se que o desafio colocado para as instituições do terceiro setor em seus projetos seria o de estimular e desenvolver ações comprometidas, com estratégias e formas de agir emancipatórias, que visem à desestruturação do assistencialismo subjugador estabelecido. Em muitas situações e comunidades há resistências e dificuldades, em relação a iniciativas contra-hegemônicas, pois além de não produzirem resultados imediatos, não são projetos a princípio com disposição de atender vontades e conveniências estabelecidas.

1.2 Projeto Social “Educação Ambiental na Kennedy”

A partir de experiências e reflexões vivenciadas na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em meio a projetos de extensão e iniciativas estudantis, em 2005 foram iniciados os primeiros contatos com a Unidade de Saúde da Vila

Kennedy³ (USK) por meio do Projeto VER-SUS Brasil⁴. Por meio deste, a comunidade, em especial os trabalhadores em saúde da USK, reivindicaram mais participação dos estudantes universitários em ações de assistência e extensão na localidade. A partir disso debates e reflexões foram iniciados em um grupo de estudantes⁵ da UFSM. Em meio a essas reuniões foi gerada a idéia de um projeto, e a perspectiva de desenvolvimento de mais uma iniciativa comunitária no campo da saúde e meio-ambiente.

Como ponto inicial do projeto, decidiu-se realizar reuniões de planejamento e discussão das metas deste com o Programa de Agentes Comunitárias de Saúde (PACS) da USK e comunidade, com periodicidade mensal. Nesse espaço de encontro e debates, dialogou-se em relação a possíveis demandas que surgiriam, sendo estas inerentes as propostas de projeto que foram sendo traçadas.

Apontou-se também a necessidade do grupo de estudantes reconhecer a área abrangida pelo projeto. Sendo tal área as Vilas Brasília, Kennedy e São Rafael, integrantes do Bairro Salgado Filho na Zona Norte do município de Santa Maria-RS. Sob essa perspectiva, cabe considerar que a forma de entender o entorno também refere-se ao modo como é considerada a identidade das coisas e do ser, na complexidade ambiental. Isso implica não se pautar na lógica formal para pensar um mundo conformado por diversas identidades. Com isso, surge a necessidade de refletir a reconstituição do ser coletivamente, de identidades inéditas e a convivência com o dissenso (Leff, 2003).

Em relação às reuniões anteriormente ocorridas e o reconhecimento da comunidade, sucederam-se diversas discussões nas reuniões de planejamento, apontando objetivos e metas para o projeto. Optou-se em desenvolver o processo de mobilização em uma parceria entre estudantes da UFSM, PACS, comunidade e escolas. Destacaram-se como propósitos dessa interação com a realidade do local,

³ Vila que integra o Bairro Salgado Filho, zona norte do município de Santa Maria. O Comitê Santamariense de Combate a Fome e a Miséria, criado em 2003, realizou um levantamento dos bolsões de pobreza, reconhecendo vilas, como Brasília, Nossa Senhora do Trabalho e São Rafael, que são assistidas pela Unidade de Saúde da Vila Kennedy, como zonas em situação de miséria (áreas de risco) no município.

⁴ VERSUS - Brasil (Estágios e Vivências na Realidade do Sistema único de Saúde). Iniciativa vinculada ao Ministério da Saúde que visava trabalhar com formação política e social de estudantes dos mais diversos cursos de graduação da área de saúde.

⁵ Grupo de estudantes inicialmente composto por estudantes do Curso de Enfermagem, Medicina Veterinária e Agronomia.

os seguintes objetivos: - a partir de estratégias de envolvimento e educação popular, participar de espaços comunitários para apresentação da iniciativa; - por meio das discussões realizadas, sistematizar as percepções da própria comunidade em questão e sua compreensão sobre meio-ambiente e problemas ambientais; - estimular discussões e mobilizações em educação Ambiental junto à população, desenvolvendo espaços periódicos de diálogo, reflexão e cidadania.

Nesse aspecto, tentou-se estimular uma abordagem acerca do tema ambiental, como uma questão que envolve-se os diversos atores do universo educativo pesquisado, buscando potencializar o envolvimento de múltiplos saberes e conhecimentos; à capacitação de profissionais e dos membros do projeto numa perspectiva interdisciplinar. O desafio que instigou-se com a realização do projeto em educação ambiental foi o de realizar uma educação ambiental crítica e inovadora sob dois níveis: formal e não-formal (Jacobi, 2003).

O envolvimento da população foi trabalhado em argumentos baseados em dados e informações da própria comunidade, na tentativa de sensibilização, quanto à importância da promoção de um ambiente comunitário saudável e à conquista de seus direitos humanos essenciais. Com o prosseguimento do trabalho foi percebido que as escolas poderiam ser mais uma dessas forças motrizes. Nas avaliações acerca das atividades já desenvolvidas pelo projeto, uma das estratégias de trabalho em educação ambiental que a comunidade avaliou ser importante desenvolver seria envolver as escolas da região, a partir de seus estudantes, direções e professores.

Sendo assim, iniciou-se outro espectro de atuação do projeto, envolvendo as escolas e creches da comunidade. Procurou-se o estabelecimento de diálogo com as respectivas direções e professores para apresentação do projeto e a averiguação do interesse das escolas em abordar temas sobre o ambiente comunitário e escolar. Nas escolas e creches que optaram em participar da iniciativa, também surgiram discussões em relação a necessidade da formação docente e da inserção, no mínimo multidisciplinar, da temática ambiental nas disciplinas e currículos dessas escolas.

Nesse período de trabalho junto à comunidade escolar da Vila Kennedy, entre as escolas destacou-se a Creche Municipal Fiori Druck pelo envolvimento com a temática ambiental e resultados alcançados no desenvolvimento de atividades

escolares. A partir disso, a Creche Municipal Fiori Druck foi escolhida para a realização do projeto, o qual também gerou a temática dessa pesquisa.

Cabe ressaltar que o projeto prosseguiu até o ano de 2006 sem institucionalização. Já no ano de 2007 quando iniciaram as ações do projeto junto à creche, esse passou a ser uma das iniciativas da ONG – Centro Multidisciplinar de Pesquisa e Ação (CEMPA). Isso ocorreu após debates e o envolvimento de integrantes na ONG, e a partir desse processo o projeto aqui estudado passou a ser intitulado “Educação Ambiental na Vila Kennedy”.

1. 3 Dialogando na creche

As atividades na Creche Municipal Fiori Druck, tiveram início no mês de março de 2007, a partir de um processo de diálogo e interlocução envolvendo agentes comunitárias de saúde/ estudantes envolvidos no projeto/ educadores da creche e pais. Houveram três reuniões com as diretoras e posteriormente participou das reuniões mensais de formação pedagógica com educadores da creche, bem como, com o conselho de pais, para articulação e acolhimento do projeto junto à creche. As reuniões iniciais contextualizaram esses participantes a cerca do projeto “Educação Ambiental na Kennedy” e do seu histórico, objetivos e princípios da iniciativa.

A realização de um planejamento participativo definiu os rumos e os objetivos do projeto⁶, oportunizando um processo de definição de caminhos a serem trilhados por uma coletividade, de acordo com a metodologia estabelecida para a sua construção, fruto da reflexão coletiva da realidade (Muñoz Palafox, 2002). Sendo assim, diversas reuniões de planejamento, visando à realização de ações em Educação Ambiental, ocorreram no decorrer do ano letivo, sendo também dialogado nesses espaços, possibilidades de interação junto à comunidade escolar da creche

⁶ As atividades na Creche Municipal Fiori Druck, tiveram início no mês de março de 2007, a partir de um processo de diálogo e interlocução envolvendo agentes comunitárias de saúde, estudantes da UFSM vinculados a ONG-CEMPA, educadoras da creche e pais.

para auxiliar de algum modo em relação às dificuldades que a instituição enfrentava. Nesse contexto, segundo Reigota (1998), a educação ambiental aponta para propostas pedagógicas centradas na conscientização, mudança de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos educandos.

As reuniões iniciais tiveram como objetivo contextualizar a comunidade escolar em relação ao projeto “Educação Ambiental na Kennedy”, bem como, sobre histórico, objetivos e princípios da iniciativa. Nesses encontros foram definidas as realizações de atividades envolvendo trabalhos pedagógicos em educação ambiental com as crianças, conversas e contos, atividades lúdicas como desenhos, recortes de jornal e plantio de mudas (ANEXO – B). Em relação à estrutura e área externa da creche optou-se em realizar plantio de árvores e ornamentação dos canteiros da creche com a participação das crianças, dos pais, educadores e membros do projeto. Em relação à Vila Kennedy, planejou-se uma caminhada no entorno do espaço físico da creche, onde as crianças e educadores distribuíram de “casa em casa” junto aos moradores da comunidade, panfletos e desenhos confeccionados pelos educandos.

As atividades desenvolvidas junto à creche, por parte do projeto, buscaram despertar nos envolvidos formas de pensar e agir no meio ambiente comunitário que implicassem na inter-relação de temas como política, organização social e ecologia. Almejou-se desenvolver uma prática de educação ambiental voltada a mobilizar a comunidade e a atuação da escola, como agentes de sensibilização/instigação das pessoas em relação aos problemas socioambientais⁷ da localidade.

Sob esse aspecto, Sorrentino (1998) descreve que, um dos grandes desafios para os educadores ambientais são, de um lado, o resgate e o desenvolvimento de valores e comportamentos (confiança, respeito mútuo, responsabilidade, compromisso, solidariedade e iniciativa). De outro lado, o estímulo a uma visão global e crítica das questões ambientais e a promoção de um enfoque interdisciplinar que resgate e construa saberes.

⁷ O termo “socioambientais” a que nos referimos neste trabalho, seria relativo às formas de produção e reprodução social, econômica, política e cultural da sociedade em relação aos ecossistemas e biomas.

As atividades planejadas ocorreram de maio a outubro de 2007, junto à comunidade escolar da creche. No decorrer das atividades, mensalmente, durante as reuniões pedagógicas e do conselho de pais, procediam-se avaliações qualitativas⁸ das atividades desenvolvidas, debatendo possíveis redirecionamentos das atividades para aproximarem-se dos objetivos propostos.

Tendo por base o projeto foi possível considerar, como um ponto de partida, que a educação ambiental pode despertar nos grupos sociais (comunidade de uma vila ou escola) diversas formas de compreensão e reflexão, no qual não houveram necessariamente agentes cooperantes. Novas possibilidades de lidar com a realidade são geradoras em potencial de desconstruções pessoais e subjetivas, como concepções, posições sociais e ideologias entre os atores sociais. No decorrer do processo e com a participação dos interessados em promover algum tipo de mobilização ambiental foram percebidas desacomodações de normas e princípios estabelecidos historicamente na comunidade.

1.4 Creche e comunidade: fontes de reflexão e percepção em educação ambiental e interdisciplinaridade.

Pode-se considerar que existem diversas contribuições, percepções e posições políticas em relação a temática ambiental tanto na academia, quanto no campo da intelectualidade e até no terceiro setor, mas cabe perceber que a educação ambiental, estuda e problematiza as relações das sociedades humanas com o ambiente, e faz parte do pensamento ecológico/ ambiental.

Nesse rumo, Layrargues (2004), coloca que desde a origem do termo “Educação Ambiental”, diversas classificações e denominações explicitaram e deram sentido às práticas e reflexões pedagógicas relacionadas à questão ambiental. Assim, emergem momentos no qual são debatidas as características da educação ambiental formal, não-formal e informal. Não se trata de criar um abismo entre diferentes concepções de educação ambiental. Trata-se de um ponto de partida para

⁸ Usou-se como referência a proposta de avaliação qualitativa de Demo (1995).

estabelecer uma reflexão e análise entre diferentes vertentes, no decorrer do trabalho.

Alguns estudiosos, por exemplo, Zeppone (1999, p. 55), apresentam como referência, correntes de percepção e de metodologia para trabalhos em educação ambiental, como:

- Conservacionista: Vinculada à biologia e voltada para as causas e conseqüências da degradação ambiental;
- Educação ao ar livre: Agrega os antigos naturalistas até os praticantes do escotismo, passando por grupos de espeleologia, montanhismo e diversas modalidades de lazer e ecoturismo. Em Medina (1997, p. 68), ao se fazer a análise da evolução histórica da Educação Ambiental, classifica-a em duas grandes vertentes: a ecológica – preservacionista e a socioambiental.

Já para Leff (2001), a formação ambiental implica criar novos saberes e recuperar a função prospectiva e propositiva do conhecimento; gerar um saber eficaz, inventar utopias capazes de levar aos processos de mudanças históricas, permeando-se em ideais de igualdade, justiça e democracia; criar novos conhecimentos e técnicas para construir uma nova racionalidade social.

No caso do Projeto de Educação Ambiental que está sendo analisado, cabe considerar que a metodologia desse não foi elaborada previamente. A sua operacionalização foi sendo construída com a experiência e a partir de um determinado momento ela foi se consolidando.

Torna-se necessário esclarecer aqui, que a Educação Ambiental, enquanto tema de educação formal, tem características específicas, não se constituindo em teoria pedagógica. Em relação a essa forma de “construção”, Ruscheinky (2004), afirma que o aperfeiçoamento teórico e prático da Educação Ambiental implica em reconhecer, que a ação em prol do meio ambiente possui como intenção o desvelamento de uma realidade complexa, na qual múltiplas relações sociais estão presentes. A constituição do saber, a coerência de pensamento e o diálogo com um conjunto de outras interpretações do mesmo fenômeno social exigem um olhar voltado para os atores que estabelecem e sustentam os conflitos nas relações sociais.

Atualmente o desafio de fortalecer uma educação ambiental convergente e multirreferencial é prioritário para viabilizar uma prática educativa que articule a necessidade de se enfrentar concomitantemente a degradação ambiental e os problemas sociais (Jacobi, 2002). O projeto “Educação Ambiental na Vila Kennedy”, se propôs a esse desafio, inclusive quando optou em interagir junto à creche Municipal Fiori Druck.

A diversidade de opiniões e pontos de vista refletiu-se durante a realização do projeto junto aos atores. Isso se evidenciou nos depoimentos dados. Para a educadora da creche S.:

As ações em educação ambiental são de grande importância na educação infantil visto que é nesta fase em que as crianças aprendem seus principais valores, e levam estes para toda a vida. As crianças aprendem a preservar, reciclar, cuidar e respeitar a natureza, assim conseqüentemente refletem em sua família, visto que acaba interferindo também no comportamento da criança em casa que começa a chamar a atenção de seus familiares para reciclar o lixo, não jogar lixo nos rios, arroios como é o caso do arroio Cadena, plantar e cultivar árvores e plantas.

Já para a educadora A. “a importância de ação em educação ambiental no espaço educativo- social de uma creche fará com que a criança no seu processo de desenvolvimento comece a preservar o meio em que vive”.

Desde já, percebeu-se que os educadores reconheceram a importância das atividades em Educação Ambiental em âmbito escolar e a necessidade da participação das crianças nesse processo. Ficou tácito nos depoimentos, de certa forma, contradições em relação à trajetória do projeto, quando nas respostas ao questionário, enfocou-se a educação ambiental pautando à preservação do meio-ambiente, por seus aspectos biológicos em destaque, não citando e/ou vagamente considerando os aspectos sociais que envolvem a temática. O projeto estimulou a ressignificação das relações cotidianas entre os agentes envolvidos, mas ambicionando ultrapassar a adesão a projetos de reciclagem e acondicionamento adequado do lixo, da preservação de áreas verdes, plantio de árvores, etc.

A “compreensão de mundo” estabelecida hegemonicamente sob um paradigma simplificador-reducionista é permeada de diversos entendimentos entre os indivíduos, e que para Viegas (2005) tanto limita na compreensão de elementos ainda considerados tão disjuntos (natureza, sociedade, pensamento, sentimento)

quanto mantém encarcerada em uma incapacidade de criar discursos (como indivíduos e grupo social) sobre um mundo complexamente organizado. Evidenciou-se que o projeto em nível de pensamento e discurso teve sérias dificuldades de conseguir transpor-se ao paradigma convencionado.

Com isso, surge a necessidade e a importância dos professores desenvolverem, em meio a estrutura escolar e curricular, instrumentos cognitivos e pedagógicos que cultivem uma educação que supere e conteste o ecologismo naturalista, considerando, que os problemas ora relacionados à natureza são conseqüências de outros. Dentre eles o modo pelo qual o homem pensa e vive o mundo e mantém as suas relações com o poder e com as outras pessoas e com a geração quase constante de novas necessidades.

As dificuldades que os professores oriundos de uma educação não-ambiental enfrentam para lidar com a educação ambiental são entendidas por Fracalanza (2004, p.64) da seguinte maneira:

(...) os professores, em sua maioria, acabam por simplificar suas propostas e não se dão conta que, de um modo ou de outro, reforçam e sedimentam um dado estereótipo de educação ambiental. A meu ver, ainda se está longe do que acreditamos ser a educação ambiental: atividade contínua; com caráter interdisciplinar; voltada para a participação social e para a solução de problemas ambientais; visando a mudança de valores, atitudes e comportamentos sociais (FRACALANZA, 2004. p.64).

Na sociedade atual devido ao elevado fluxo de informações, sendo muitas dessas enganosas e pouco refletidas, para Gentili & Alencar (2001), o espaço educativo tende a reassumir sua referência. As relações que se estabelecem numa escola, notadamente entre educandos e professores, além da necessária permuta de saberes, pode ser um espaço de trocas de perspectiva, percepções e vivências.

A educação é geradora e concretizadora de várias relações em cada contexto sócio-histórico e, dependendo de como está estruturada e de qual intencionalidade cumpre na sociedade, pode acabar sendo um meio de reprodução de formas excludentes, opressoras e dicotômicas de se viver. Portanto, partir do pressuposto que a educação pode gerar a mudança por si só, introduz um discurso vazio de sentido prático se for descolado do entendimento das condições que delineiam o processo educativo nas sociedades capitalistas atuais. Nesse aspecto, compreender

a educação como um processo social em construção e disputa, possibilita avançar na crítica e em uma atuação mais consciente nas estruturas sociais (Loureiro, 2004).

A tomada de consciência ambiental pode requerer que os educandos tenham uma participação ativa no processo educacional. Toda a criança, para desenvolver seu projeto de vida com vistas de tornar-se realidade, precisa da sociedade para realizá-lo e em muito a educação e a escola auxiliam este, justamente a partir da participação.

Desse modo, para apreensão de uma educação e concepção de mundo a partir da complexidade ambiental, segundo Leff (2003), torna-se necessário o desencadeamento de um processo de desconstrução e reconstrução do pensamento. Com isso, faze-se necessário descobrir e reavivar o “ser da complexidade” que foi esquecido com o surgimento da cisão entre o ser e o sujeito e o objeto, para apreender o mundo coisificando-o, objetivando-o, homogeneizando-o. Porém esse processo de contestação não condiz com a realidade social na qual são formados os atuais professores (Martinez, 2006).

A participação da comunidade escolar no projeto, além de cooperativa, também foi interativa, com a participação de agentes comunitárias de saúde, juntamente com pais e mães das crianças. Nessa perspectiva, esses atores foram convidados a trazer sua percepção a partir de depoimentos, buscando enriquecer a avaliação e análise do projeto em questão. Uma das agentes comunitárias de Saúde, que participou das ações em educação ambiental na creche, relatou o seguinte:

Considero que educação ambiental é uma formação importante para os estudantes e até professores, que esse tipo de educação deve ser trabalhada na educação formal e informal, pois é uma coisa que todos precisam. Mas acho que todos poderiam aproveitar mais, falta visão das pessoas para isso.

Já para uma das integrantes do Conselho de pais da Creche, quando questionada pelo pesquisador, em relação à primeira pergunta do questionário, respondeu que “O pessoal não gosta muito de ler, então as palestras e conversas que vocês fizeram foram importantes, pois passaram conhecimento e muita coisa que a gente não sabia, e se vocês observaram os pais prestam atenção. Achei que foram importantes”.

Fica nítido na opinião dos participantes, a evidente importância que a realização de ações em educação ambiental tiveram no espaço escolar analisado. Com os depoimentos dos agentes que atuavam nesse contexto a uma demonstração de que estavam atuantes em torno do projeto, interagindo com as ações desse. Mas nesse mesmo depoimento nota-se claramente a falta de uma argumentação em relação a essa dita importância, sendo relatos que afirmam muito mais uma pergunta, do que necessariamente uma resposta. Nesses depoimentos também é perceptível uma tendência imposta pelo cotidiano de muitos dos participantes da iniciativa, que não permite ou deixa brechas para pensar e refletir acerca de diversos acontecimentos do seu dia-a-dia, devido suas atividades cotidianas de trabalho assalariado, cuidado da família e moradia, estudo escolar e outras demais ocupações.

Pode-se a partir disso, suscitar algumas questões como: A vida cotidiana em um ambiente de relações de trabalho para a sobrevivência - subsistência reserva tempo para se pensar na nossa relação com a natureza e/ou ambiente em que se vive? O ato de viver será que se tornou meramente instrumental, e perdeu-se a necessidade de (res) significar os fatos e as coisas?

Uma dos campos do conhecimento apontados junto a Educação Ambiental para superar esse quadro não propício para a reflexão e pensar a realidade sob diversos pontos de vista é a Ecopedagogia. Um dos aspectos que essa alternativa aponta, propõe:

[...] voltar-se sobre si mesmo, os valores, as práticas, os padrões assumidos; afinar-se com projetos de políticas públicas, com a solidariedade e equidade social; incorporar ao seu olhar também a ótica macro, como a cidadania planetária. Neste particular, especialmente, é inconveniente definir entre estas uma antes e a outra como consequência. De fato, sem segmentação dessa dupla face, importam as ações integradas a partir de uma visão sistêmica, da articulação com a organização da rede socioambiental” (RUSCHEINKI, 2004, p. 61-62).

A partir da reflexão de conhecimentos e saberes vinculados ao cotidiano, e aos interesses da maioria da população, a Educação Ambiental poderia ser encarada como um tema transversal, estruturando-se em uma concepção de construção interdisciplinar do conhecimento. Há perspectivas teóricas emergentes, junto ao tema transversal, como: a pedagogia crítica e o pensamento complexo

(Medina, 1999). A educação ambiental pode ser agregadora de vários campos do conhecimento, segundo Leff (2001), possibilitando uma abordagem multirreferencial.

Cabe considerar que prospectar a interdisciplinaridade⁹, significa garantir meios para a construção de um conhecimento ampliado, rompendo com as fronteiras estritamente disciplinares. Portanto, integrar conteúdos e temas escolares não seria suficiente. Seria preciso, como sustenta Fazenda (1979), uma atitude, isto é, postura interdisciplinar imbuída de uma busca, envolvimento, compromisso, reciprocidade diante do conhecimento.

O prefixo "inter" parte de um conceito para um contexto, não apenas para indicar uma pluralidade, uma justaposição; evoca também um espaço comum, um fator de coesão entre diferentes saberes. Os profissionais das diversas disciplinas devem estar animados de uma vontade comum, cada qual aceitando esforçar-se fora do seu domínio próprio e da sua própria linguagem técnica, aventurando-se num domínio do qual não é o proprietário exclusivo.

Destaca-se nessa perspectiva, que não necessariamente uma efetiva ação interdisciplinar deve dizer respeito apenas às relações entre domínios de estudos e disciplinas, mas, precisa afetar politicamente também as estruturas institucionais existentes (Siqueira apud Wallerstein, 2003). Com isso a interdisciplinaridade é um processo, que tendo como alvo a escola, deve ser passível de negociação entre educadores, educandos, comunidade escolar e instâncias administrativas.

Uma síntese desse desafio no tratamento das questões ambientais é fornecida com uma reflexão acerca da interdisciplinaridade, por Enrique Leff, colaborando com a análise aqui realizada, indicando a necessidade de um contexto interdisciplinar:

a) *dialético*, pois surge das contradições do esforço de integração dos saberes; b) *sistêmico*, porque exige a análise das dinâmicas e estruturas dos saberes; c) *seletivo*, porque obriga buscar para cada problema, categorias críticas; d) *iterativo*, porque é um processo por aproximações sucessivas e e) *aberto*, porque busca um aperfeiçoamento mútuo entre os saberes" (SILVA apud LEFF, 1999).

⁹ Berger (1972) traz o conceito de interdisciplinaridade como a interação existente entre duas ou mais disciplinas. Esta interação pode ir desde a simples comunicação das idéias até a integração mútua dos conceitos diretivos, da epistemologia, da terminologia, da metodologia, dos procedimentos, dos dados e da organização da investigação e do ensino correspondentes. Um grupo interdisciplinar é composto por pessoas que receberam formação nos diferentes domínios do conhecimento (disciplinas), tendo cada um conceitos, métodos, dados e temas próprios.

Sob esse cenário, a interdisciplinaridade tendo como alvo a escola, possibilita pensar e conceber o currículo escolar como algo que pode estar em constante processo de negociação entre educadores, educandos, comunidade escolar e instâncias administrativas. O enfoque interdisciplinar, para Japiassu (1976), pode ser entendido nova maneira de encarar a repartição epistemológica do saber em disciplinas e das relações entre elas, nos seus conceitos, diretrizes e metodologia, no qual "o desafio não consiste numa reorganização metodológica dos estudos e das pesquisas e, sim, na tomada de consciência do sentido da presença do homem no mundo".

O depoimento da educadora S. vem nesse sentido, apontando que:

a interdisciplinaridade permite-nos trabalhar com a educação ambiental nas mais diversas ocasiões, visto que se pode trabalhar em diferentes focos, como poluição, reciclagem, hortas, trabalho com sucata, importância da preservação. As opções são muitas, basta o professor buscar e incentivar os alunos, pois de maneira lúdica todos se interessam e aprendem mais facilmente.

Já para a educadora A. a interdisciplinaridade pode ser trabalhada "Através das orientações da equipe do projeto juntamente com a comunidade escolar". Com esses depoimentos percebeu-se um dos pontos em que o projeto não alcançou seus objetivos. Após diversas atividades, além dos educadores e comunidade em sua maioria ainda enfocarem um pensamento biológico-preservacionista da educação ambiental. O esforço interdisciplinar que o projeto buscou estabelecer configurou-se de certa forma, na dinâmica e na metodologia das atividades cotidianas deste, bem como, na relação interpessoal entre estudantes da UFSM, crianças, pais, profissionais e estagiárias da creche. Contudo, fica claro que o entendimento de uma educação ambiental interdisciplinar não foi alcançado pelo projeto, enquanto reflexão/percepção de uma interdisciplinaridade que abarca as inter-relações sistêmicas da problemática ambiental, suas potencialidades socioambientais, políticas e culturais.

Nas declarações das educadoras notou-se, que essas, na sua maioria não se percebem como possíveis mobilizadoras/multiplicadoras de ações em educação ambiental na creche/comunidade de forma autônoma, embora fosse esse um dos

valores que o projeto pretendia despertar em seus participantes. As orientações da equipe do projeto para que acontecessem as atividades, apareceram com protagonismo na resposta da maioria das educadoras.

Participar, engajar-se e ser multiplicador de iniciativas, propor-se a ser sujeito, cidadão implica uma importante estruturação das práticas em educação ambiental e do desafio da interdisciplinaridade, representando formas de se propor a ser e estar no mundo, essenciais para a transformação das relações entre sociedade e ambiente.

Nesse sentido, a partir da afirmação de Japiassu, se problematiza a seguinte questão:

O domínio do interdisciplinar é vasto e complexo. Devido, principalmente, à falta de troca de conhecimento entre os especialistas. Para superar este problema devem-se engajar cada vez mais na pesquisa de aproximações, de interações e dos métodos comuns às diversas especialidades (JAPIASSU, 1976, p. 39).

Destaca-se, nesse contexto de análise, como as educadoras pautaram em seus depoimentos a essencialidade da relação com a comunidade. Quando questionadas da importância da realização das ações interdisciplinares no espaço da creche, de certa forma, mostraram um traço forte que advém do sempre estímulo para a participação da comunidade, em especial pela própria dinâmica administrativo-pedagógica da creche e também por parte do projeto. Isso pode demonstrar um ensejo, na busca de uma interdisciplinaridade não apenas com a contribuição e interação de profissionais e estudantes oriundos de faculdades e/ou universidades, mas da constituição talvez de uma interdisciplinaridade com um “jeito de comunidade”.

Gadotti (1999) corrobora nesse sentido, quando traz a noção que articular saber, conhecimento, vivência, escola comunidade, meio ambiente, e muitos outros aspectos, tornou-se, um dos objetivos da interdisciplinaridade que se traduz, na prática, por um trabalho coletivo e solidário na organização da escola. No depoimento de A. (já transcrito) e de I., acentuou-se esse ponto de vista, por meio da colocação que as relações entre as ações em Educação Ambiental e atividades interdisciplinares, deveriam ocorrer “através de orientações dadas pela equipe do projeto em interação com a comunidade e escola”.

Nesse contexto a metodologia interdisciplinar faz-se importante para o desenvolvimento de trabalhos que envolvam o meio ambiente, mas o fomento de projetos interdisciplinares em muitas escolas ainda está confuso, pois sua implementação a partir das últimas alterações nas leis educacionais encontrou tanto professores em processo de desvalorização profissional, quanto instituições educacionais despreparadas e desestruturadas para tal tarefa.

Para a realização de um trabalho pedagógico e de caráter interdisciplinar é necessário trabalhar juntamente com várias áreas do conhecimento em um determinado período de tempo. Entretanto deve-se considerar que e as escolas ainda não se equiparam estruturalmente e pedagogicamente para desenvolverem essas ações. Cabe considerar, que a interdisciplinaridade na escola depende também de estímulo institucional tanto por parte do poder público, como incentivo concreto para a participação dos educadores em cursos e atividades de diversas modalidades de aperfeiçoamento. Pressionar coletivamente as instituições de formação dos profissionais (faculdades e universidades) para essa nova demanda de formação sócio-ambiental, também se caracteriza como uma iniciativa válida, e de caráter político-educativo.

Junto a esse conjunto de considerações, ocorre ainda a (des) valorização do profissional da educação escolar que constitui outra das contradições da escola. Recebendo salários defasados, sem diárias e/ou folgas para participação em atividades de formação continuadas de atualização e aperfeiçoamento de conhecimentos, muitas vezes os professores são obrigados a desdobrarem-se em elevadas cargas horárias de trabalho, o que lhes impossibilita o acesso a estes.

No Brasil, deparamo-nos com diferentes percepções, tendências e ideologias correntes na educação nacional. Sob esse aspecto, Guerra (2004) aponta que muitas delas atuam como reprodutoras dos conceitos e valores da sociedade de consumo, de forma antropocêntrica e utilitarista com o meio ambiente, tratando a Educação Ambiental, como uma prática essencialmente conservacionista, com atividades pontuais em datas ecológicas, as quais dificultam a inserção da dimensão ambiental no currículo escolar e nas práticas cotidianas sociais.

2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA VILA KENNEDY: CONTRIBUIÇÕES PARA O CONTEXTO EDUCACIONAL FORMAL

No projeto “Educação Ambiental na Vila Kennedy”, a inter-relação e a compreensão dos processos educacionais precisaram ser buscados, pois, também fazem parte da ação humana, que transforma a natureza atribuindo-lhe sentidos sócio-culturais. Nesse contexto, o ato de educar pode ser, para Carvalho (2004), uma forma de mediar, traduzir visões de mundos, no qual a reflexão implica a provocação de outras leituras da vida, na busca de novas compreensões e versões possíveis em relação ao mundo. Portanto, ações sob esse aspecto podem possibilitar um diálogo mais articulado entre a questão ambiental e a educação nas suas mais diversas possibilidades.

Ainda em Carvalho (2004) coloca-se que a educação constitui uma arena, um campo social, que abriga várias práticas de formação de sujeitos. A afirmação disto é produto da história social do campo educativo, na qual concorrem diferentes atores, forças e projetos na disputa pelos sentidos da ação educativa. Por mais que se argumente que a idéia de educação inclui a educação ambiental, dificilmente se reduzirá toda a variedade dos projetos educativos em uma única idéia geral e abstrata de educação.

No campo escolar a Educação Ambiental está presente nas Propostas Curriculares do Ensino Fundamental em 21 estados brasileiros e está presente também nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) como tema transversal, perpassando todas as disciplinas do currículo (Tavares, Martins, & Guimarães, 1998). Uma forma de vislumbrar no sistema educacional brasileiro a abrangência que a educação ambiental tem nos parâmetros curriculares nacionais para o ensino é na Seção II dessa lei, no seu Artigo nono, no qual consta:

Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

I - educação básica:

- a) educação infantil;
- b) ensino fundamental e
- c) ensino médio;

II - educação superior;

III - educação especial;

IV - educação profissional;

V - educação de jovens e adultos (PCN, 1999. Seção II, Artigo 9.º).

A lei na mesma seção traz em seu artigo décimo, também, que “A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.” Considerando os pressupostos descritos anteriormente, uma educação com intencionalidade de ser transformadora não só envolve uma visão ampla de mundo, mas também com a clareza da finalidade do ato educativo, uma *posição política* – uma determinada concepção de homem e de mundo. Corrobora nesse sentido, Morin (2000) afirma que a escola e os espaços educativos precisam se reorganizar e com isso não se refere simplesmente ao ato de ensinar, mas “passa pelos defeitos que o sistema incorpora e passa a reproduzir”.

Diante disso, torna-se pertinente questionar o quadro em que as políticas públicas educacionais apresentam em todos os níveis de ensino. Essa postura é imprescindível, a fim de partilhar os rumos e perspectivas do sistema educacional e ter condições de explicitar projetos e ações de estudantes e profissionais que interagem nesse campo social.

2. 1 Educação Ambiental na creche: em “ação” e “extensão”

A relação do projeto “Educação Ambiental na Vila Kennedy” com a educação formal, em especial a creche, além de ter tido um caráter comunitário, teve fortes traços extensionistas. Para os estudantes oriundos da UFSM que participaram das atividades, mesmo a iniciativa não sendo ligada a instituição acadêmica formadora

destes, ela proporcionou-lhes uma intensa experiência de contato e vivência com a comunidade do Bairro Salgado Filho. Para a formação de um profissional advindo de uma universidade é imprescindível, conforme Nogueira (2000), sua efetiva interação com a sociedade, seja para se situar historicamente, identificar-se culturalmente e/ou referenciar sua formação técnica com os problemas político-sociais que terá no decurso dos estudos e da profissão futura.

A extensão entendida como prática acadêmica que interliga a universidade nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da maioria da população, pode possibilitar uma formação profissional diferenciada. Para o prosseguimento da reflexão do tema, por meio da leitura e análise do Plano Nacional de Extensão Universitária de 2001 instiga-se a seguinte pergunta, inspirada em um dos pressupostos do documento: A universidade vem atuando junto à sociedade como um espaço privilegiado de produção do conhecimento para a superação das desigualdades sociais existentes?

Diversos atores atuam fortemente com influência marcante nesse processo de ações comunitárias. Exemplo disso seriam as Organizações Não-Governamentais (ONGs), munidas de diversos argumentos, dentre os quais, o da ausência significativa de ações em extensão universitária e comunitária engajadas socialmente, por parte das instituições públicas de ensino e pesquisa. Isso não significa que as universidades e centros de pesquisa não tenham importância ou devam ser desconsiderados, na atualidade, pois sua influência é inegável na formação de profissionais para atuar na sociedade.

Nesse campo social (comunidades / periferias urbanas) de diversos atores, vários temas e debates são motivadores de projetos sociais, figurando entre os mais enfocados, sustentabilidade e a educação para o meio - ambiente. Esses temas vêm crescendo e assumindo um papel importante, chamando a atenção e interesse das comunidades acerca das questões ambientais. Desse modo, com a constituição de um cenário favorável são criadas as condições necessárias para os meios de comunicação, às instituições governamentais e não-governamentais, outros grupos e representações desenvolverem de forma mais articulada projetos em educação ambiental.

O Projeto “Educação Ambiental na Vila Kennedy” na sua concepção e organização, durante o planejamento de suas ações junto à população local e à creche, não pôde deixar de refletir as diversas e crescentes dificuldades existentes em muitas comunidades, de Santa Maria, na aceitação do desenvolvimento de projetos de extensão, estágios, atividades curriculares e extra-curriculares de universidades/faculdades no município.

Especialmente na comunidade da Vila Kennedy esses entraves surgiram, devido a muitas reclamações, em relação à forma como as instituições de ensino superior na sua maioria, realizaram suas pesquisas e/ou estudos no local. Os principais relatos anotados nas reuniões do projeto foram ou no sentido que se obteve muito pouco retorno em relação à apresentação dos dados e das pesquisas realizadas por essas instituições ou a respeito da interrupção abrupta das atividades de extensão junto à população devido a períodos de recesso nas universidades. Outros comentários corriqueiros anotados nos relatórios de reunião, relativos à opinião da comunidade acerca das atividades de extensão universitária, era que a população local obtinha poucos resultados palpáveis dessas pesquisas e estudos que auxiliassem na mudança da realidade e na superação das dificuldades sociais estabelecidas.

O projeto apesar de suas dificuldades optou em realizar esforços, a partir dessas percepções da comunidade, atividades de extensão não difusionistas e sem imposições, conforme Freire (1988), pautando-se em desenvolver metodologias participativas e dialógicas. Quando atores de diferentes espaços sociais (comunidade/participantes do projeto) entram em contato, segundo Costa Neto (2004), o significado e o valor dos elementos (sejam sociais ou naturais) e as atividades que se propõem a desenvolver juntos, devem ser exaustivamente negociadas para que tais atores compreendam de forma compartilhada o cenário específico em que se movem. Isso implica na formação de processos de transferência de conhecimento (e de transformação) e, portanto provoca a construção e reconstrução social dos espaços socioambientais.

Uma das questões que sempre foram muito debatidas com a equipe do PACS – USK, desde a realização das iniciativas em educação ambiental no âmbito geral da comunidade, seria realizar o desenvolvimento do projeto, como muitos

participantes relatavam nas reuniões de planejamento, no *“ritmo do pessoal”*. Com isso, foi buscado sempre antes de desenvolver as ações do projeto, verificar a disponibilidade da comunidade em participar conjuntamente das atividades, tornando-se uma das formas encontradas para estimular o envolvimento e o sentimento de pertencimento da população em relação à iniciativa. A metodologia adotada acabou se tornando também, uma forma de avaliar a receptividade do projeto junto à população local.

Em relação à creche, essa forma de atuar acima descrita, foi muito ressaltada nas reuniões pedagógicas com as educadoras e com os pais das crianças. Sempre era questionado e debatido nas reuniões se “as atividades planejadas pelo projeto de educação ambiental, conseguiriam ser realizadas pelos participantes?”.

Nesse contexto, tentou-se levar em consideração as dificuldades enfrentadas pelos estudantes da UFSM integrantes do projeto, como, a conciliação entre a iniciativa e os estudos. Por parte da ONG-CEMPA, não haviam recursos financeiros¹⁰ a disposição do projeto, para impressão de folhetos, materiais escolares e passagens de ônibus. As atividades letivas e curriculares, os temas e atividades pedagógicas propostas pela creche, também foram consideradas e debatidas, pois nem sempre eram ações pedagógicas possíveis do ponto de vista operacional de relacionarem-se com a temática ambiental e as atividades do projeto. Sendo assim, as atividades realizadas pelo projeto tiveram de ser intercaladas no decorrer do ano letivo.

As especificidades/dificuldades dos agentes endógenos (comunidade escolar da creche) e exógenos (projeto em questão) eram levadas em consideração. Com essa forma de diálogo buscou-se evitar o planejamento de ações e discussões do projeto, apenas como forma de *“cumprir”* agenda e/ou que não pudessem ser realizadas de forma refletida e bem elaborada.

Nessa relação entre projeto, comunidade da Vila Kennedy e a creche, esses atores endógenos que atuavam em conjunto no projeto, não eram vistos de forma ingênua como algo estanque, necessitados de “ajuda” ou que teriam dificuldades de aceitar a iniciativa externa. Ao contrário esses atores endógenos integraram-se aos

¹⁰ Como a ONG-CEMPA tem sua existência legal efetivada a partir de 1.º de Fevereiro de 2007, não estava habilitada para captação de quaisquer recursos, com isso, não dispo de verbas para auxiliar o projeto na ocasião.

de fora, isto é, o exógeno incorpora-se, pois para Guzmán (2005) isso pode acontecer quando ocorre respeito à identidade local.

Os grupos que se reúnem em torno de uma identidade de projeto, utilizam-se de materiais culturais, segundo Castells (1999), redefinem sua posição na sociedade pela construção de uma nova identidade e, ao fazê-lo, buscam a transformação de toda a estrutura social. A identidade de projeto possibilita produzir sujeitos capazes de criar uma história pessoal, de atribuir significados a suas experiências pessoais. Ou seja, a construção de uma identidade coletiva tem como condição, a internalização individual pelos seus atores, da finalidade de suas ações.

A mudança das ações pedagógicas rotineiras em um espaço educacional formal implica em muitas relações e acordos entre escola e professores, professores e estudantes, professores e pais, escola e comunidade, escola / comunidade / universidades/ ONGS. Enfim, tecer essas relações já é por si mesmo, uma prática de escuta e de levar em consideração as características socioambientais e culturais já concebidas na creche. E isso, em variados graus de implicações, os integrantes do projeto e a comunidade que aderiram à proposta tentaram realizar com compreensão e partilha de saberes.

Essa relação pressupõe um sujeito do conhecimento que procura, pensa e reflete uma experiência que não é totalizante, mas aberta e inacabada, e essa reflexão produz um conhecimento que é entendido como a organização dos dados ou informações. Nessa perspectiva, teoria e método podem manter uma relação recíproca na qual um atualiza e renova o outro (Morin, 2000).

Em virtude disso, nessa pesquisa e análise desenvolvida, as educadoras e membros da comunidade também trouxeram suas contribuições e percepções, relatando seus entendimentos de como as atividades desenvolvidas pelo Projeto “Educação Ambiental na Vila Kennedy” auxiliaram no desenvolvimento do ano letivo de 2007, na creche municipal Fiori Druck. Para a educadora S. em sua percepção, o projeto de educação ambiental produziu:

[...] um resultado positivo, pois nossa escola é cercada por descasos a começar pelo terreno abandonado ao lado da escola que acarreta mau cheiro, animais, insetos, e este trabalho propiciou uma consciência ambiental tanto nas crianças como nos demais que viram que cabe a cada um colaborar e também buscar alternativas de melhorias para nossa casa, família, comunidade, escola. Pois é o trabalho de cada um que formando

um todo é capaz de melhorar, e a melhoria só vem depois que as pessoas tiverem consciência da necessidade imediata que o mundo tem de cuidar e preservar o meio - ambiente.

A agente comunitária C. relatou que as ações realizadas “Foram boas, o pessoal participou.” Mas ponderou que “... a administração da creche poderia ter se empenhado mais e aproveitado melhor a oportunidade.” Fica claro nos depoimentos desses participantes, a aceitação que o projeto e as ações em educação ambiental obtiveram junto à comunidade escolar da creche. Sendo assim, foi cumprindo com um dos objetivos centrais do projeto.

Considerando que, no ano de 2007, foram realizadas intensas atividades na creche, tanto educativas como de reformas, extremamente necessárias na estrutura física da mesma, pode ter passado a impressão, para alguns membros da comunidade e até para participantes do projeto, que as ações em educação ambiental poderiam ter sido mais priorizadas. Isso ficou evidente no relato acima descrito, no qual diz que a direção da creche poderia ter aproveitado melhor a oportunidade propiciada pelo projeto. Inclusive havia possibilidade da comunidade ter aparentemente visto um maior dispêndio de energia da direção da creche na mobilização para arrecadação de recursos para a realização das reformas.

Esse fato nos remete a um interessante dilema da educação brasileira na atualidade, que seria a limitação e /ou insuficiência de recursos para a educação pública, devido o descaso do poder público. Configura-se uma inversão de lógica, de “*ser*” dos espaços educativos em detrimento de sua sobrevivência financeira. Apesar do esforço de muitos educadores no fomento de atividades e ações em educação, como na Creche Fiori Druck, pode ter acabado prevalecendo algumas vezes nesse caso, um grande dispêndio de energia na arrecadação de recursos financeiros no intuito de manter o espaço aberto, em condições consideradas adequadas, para a comunidade.

A educadora P. relatou em seu depoimento outro interessante ponto de vista para esse estudo, opinando que:

As atividades desenvolvidas proporcionaram um pouco mais a comunidade a importância da preservação do meio - ambiente havendo um retorno das pessoas como, por exemplo, as pessoas não estão jogando tanto lixo ao lado da creche.

Tanto o depoimento da educadora S. como P. apontaram que ocorreram mudanças de alguns hábitos e costumes comunitários, enfatizando a diminuição do acúmulo de lixo em um terreno localizado ao lado da creche que estava sendo utilizado como um “depósito” de lixo doméstico. Essas mudanças pontuais observadas apresentaram limitações, no decorrer do projeto, na formação de uma consciência e co-relação socioambiental com o espaço comunitário. Porém, ao mesmo tempo em que a ação apresentou limitações, ela avistou um horizonte e/ou caminho educativo. Pois a ação educativa é um processo social cotidiano que demonstra ter um determinado potencial de mobilização na comunidade, não só na busca de um ambiente urbano mais digno de viver, como também na indicação da possibilidade de autonomia de ação dos agentes que interagem em espaços sociais.

Essa mudança pontual verificada, para Carvalho (2004), pode ser um dos caminhos e possibilidades de transformação que desponta da convergência entre mudança social e ambiental. Ao ressignificar o cuidado com a natureza e para com o outro humano, a partir de valores éticopolíticos, a educação ambiental que atua de forma crítica, afirma uma ética ambiental, balizadora das decisões sociais e reorientadora dos estilos de vida coletivos e individuais. Ainda no entendimento da autora, dessa forma delineiam-se novas racionalidades, constituindo os laços identitários de uma cultura política ambiental.

Para uma das representantes do Conselho de Pais da creche, as atividades desenvolvidas pelo projeto:

Foram importantes, para o conhecimento das crianças, pois tudo que foi trabalhado lá na creche, as crianças comentam ou nos chamam atenção em casa, sobre um lixo jogado na rua ou no chão, uma planta que não cuidamos direito, até as plantas estão valorizando mais com isso.

Esses relatos e tantos outros que não estão aqui transcritos, trouxeram à tona o que pode ter sido uma das facetas mobilizadoras dessa iniciativa, demonstrando o potencial que projetos sociais em educação ambiental podem ter, mesmo com possíveis debilidades e contradições. Um fato corriqueiro, apesar de simples e habitual, como as crianças conversando/comentando em casa com seus parentes em relação às ações em educação ambiental também cooperam na promoção de uma educação ambiental *para* e *com* a comunidade e a participação dos educandos no processo educativo. De certa forma o projeto convergiu nesse sentido, conforme

relatam os participantes e a partir da percepção da equipe do projeto, apesar de suas debilidades e contradições.

A Educadora A. em seu depoimento apresentou uma contribuição nesse sentido, entendendo que a ação em educação ambiental “Foi muito importante, pois através deste projeto teve o plantio das arvores que juntamente com a equipe do projeto Educação ambiental os alunos da escola participaram e teve passeata na Vila Kennedy”.

Esse processo de sensibilização da comunidade escolar pode fomentar iniciativas que transcendam o ambiente escolar, atingindo tanto o bairro no qual a escola está inserida como comunidades mais afastadas nas quais residam estudantes, professores e funcionários. Souza (2000) afirma, inclusive, que o estreitamento das relações intra e extra-escolar é bastante útil na conservação do ambiente, principalmente do ambiente da escola.

A Educação Ambiental pode atuar como um componente essencial no processo de formação, assumindo-se enquanto educação permanente, com abordagens voltadas para a resolução de problemas, contribuindo para o envolvimento ativo do público. O sistema educativo dessa forma pode assumir um papel mais relevante e realista, proporcionando uma maior interdependência entre estes sistemas e o ambiente social, provocando situações e reflexões que permitam superar a estrutura educacional disciplinar. Sob esse enfoque a educação formal enquanto processo educativo não se esgota dentro dos muros de uma escola, pois deflagra a necessidade de uma *educação ambiental popular*.

A partir desta perspectiva, o currículo escolar para Cavalcante (2005) pode deixar de ser apenas uma questão organizacional, para ser uma dinâmica socioeducacional carregada de sentidos na qual estão inseridas diversas relações com o poder, à cultura e a ideologia; passando estes a serem compreendidos nos processos de regulação das prioridades de conhecimento escolar; nas atividades pedagógicas; nas nuances do território escolar; refletidos na organização do espaço; no que está exposto em suas paredes, nas suas dinâmicas de relação social, no seu calendário escolar.

2. 2 Conscientização ambiental na educação formal: (des) caminhos em um rumo a ser trilhado.

Debater e trabalhar a conscientização, como um dos eixos estruturantes da ação pedagógica pode constituir e justificar espaços educativos como as escolas, por exemplo. Nesse aspecto, a escola torna-se um espaço privilegiado para o desenvolvimento da conscientização ambiental, tendo em vista ser um ambiente de socialização tanto de crianças, jovens e adultos, bem como, reconhecido e legitimado socialmente para estimular e exercitar novas possibilidades do pensar e agir do indivíduo.

No campo da educação formal torna-se essencial refletir como são tratados os diferentes e possíveis significados da palavra *consciência*, pois é empregada corriqueiramente como um dos objetivos centrais de diversas atividades com temas relacionados à educação, dentre estes, a temática ambiental. Para o estabelecimento de um elo entre educação e meio – ambiente capaz de gerar um campo conceitual teórico-metodológico que abrigue diferentes propostas de Educação Ambiental e conscientização, para Carvalho (2001), está só pode ser entendida à luz do contexto histórico que a torna possível. Nesse contexto, cabe compreender as práticas educativas não como autônomas, pois elas só fazem sentido sendo considerados pela forma como se associam em cenários sociais e históricos mais amplos, constituindo-se em projetos político-pedagógicos datados e intencionados.

Em um cenário educacional propício para atividades de conscientização caberia considerar e contextualizar no currículo as relações socioambientais, sendo estas historicamente configuradas e dinamicamente movidas por tensões e conflitos sociais. Dessa forma, as iniciativas em Educação Ambiental configuram-se além da pura e simples reprodução de práticas tradicionais e corriqueiras, enfocando uma conscientização a partir de um novo paradigma ambiental.

O projeto social em questão nessa pesquisa tinha como um dos seus objetivos específicos, desenvolver atividades de *conscientização ambiental* junto a creche e a comunidade escolar envolvida nele. Esse processo visava conseqüentemente desencadear a mobilização da própria comunidade, para a superação da realidade social estabelecida, além de prosseguirem de forma autônoma as ações em Educação Ambiental.

Avaliando se os objetivos do projeto “Educação Ambiental na Vila Kennedy” foram alcançados, gerando uma possível consciência ambiental, os depoimentos da comunidade escolar envolvida nele, cooperam nesse aspecto, trazendo diversas percepções e opiniões, complementando e fortalecendo a análise realizada. Um dos pais das crianças enquanto interagiu em uma das atividades do projeto na creche, questionado se a iniciativa estaria alcançando seus objetivos, relatou que “O que fazem aqui é muito importante para nossas crianças. Olha o sorriso delas! Esse contato com a natureza desde cedo faz com que elas cuidem mais de onde vivem”.

Já a educadora S., opinou que

[...] o projeto propiciou uma consciência ambiental no sentido que mostrou as crianças a importância e como cuidar da natureza, as crianças contavam que em casa conversavam com seus parentes, vizinhos sobre o que aprenderam na escola e buscavam cuidar do meio -ambiente também na rua e não apenas na escola.

As contribuições da comunidade escolar trouxeram para a análise, importantes considerações, pois ressaltam a importância das atividades desenvolvidas pelo projeto tanto para os educandos da creche, quanto para a comunidade escolar em si. As ações em educação ambiental realizadas na creche contaram, por diversas vezes, com a participação dos pais e da comunidade escolar, tanto em atividades pedagógicas voltadas para as crianças, como nas mobilizações comunitárias (reuniões e passeatas). Em uma dessas ações, a educadora A. relatou que “Sim através deste projeto as pessoas da vila se conscientizaram em não jogar mais lixo nos locais não permitidos, ainda existe mais ouve uma diminuição e também o cuidado com a natureza”.

O Projeto mesmo com possíveis falhas e limitações, de certa forma oportunizou o contato das crianças, comunidade e educadores com o tema ambiental, sendo que essa interação proporcionou momentos de reflexão para

serem pensados os problemas ambientais enfrentados na comunidade local e na sociedade em geral, naquela ocasião. Além das declarações terem justificado o projeto que está sendo avaliado/analísado, de algum modo, também serviu como um exemplo não necessariamente a ser seguido e reproduzido, mas como um gerador de estímulo, mostrando para estudantes, multiplicadores, trabalhadores em educação, os possíveis (des) caminhos que as iniciativas em educação ambiental podem ter.

Cabe ressaltar da mesma forma, que tanto os depoimentos, como as observações de campo realizadas durante a pesquisa apontaram debilidades e contradições em relação aos objetivos do projeto que faziam referência ao tema da “consciência ambiental”. Isso vem à tona, a começar pela ausência nas declarações, de considerações envolvendo temas como “cidadania”, “mobilização comunitária”, “participação social”, pois são indicativos de uma compreensão mais ampla da temática ambiental. Não se está superestimando ou criando-se “falsas” expectativas em relação às declarações da comunidade nos depoimentos, trata-se de interpelar e analisar uma das questões que foram discutidas coletivamente, quando optou-se em realizar as ações do projeto.

Ter dúvidas, incertezas e até diversos questionamentos ao que seja *consciência ambiental*, certamente perpassa projetos em Educação Ambiental e suas múltiplas possibilidades educativas; no entanto, como ocorre freqüentemente na esfera educacional, respostas, mesmo quando encontradas, costumam ser questionadas.

Em relação a isso, o primeiro aspecto detectado no decorrer do projeto, como possível debilidade em relação à consciência ambiental por parte dos seus integrantes, seria pela falta e ausência de atividades continuadas de formação em educação ambiental devido ao pouco tempo e a disponibilidade para o acontecimento de espaços propícios para discussões aprofundadas acerca da temática. Foi comum nas reuniões de planejamento os integrantes terem apenas debatido estratégias e possibilidades de ações do projeto, do que propriamente dialogar concepções de meio - ambiente, educação ambiental ou ecologia.

Nessa análise entra tanto em questão a falha metodológica do projeto, no sentido, de não ter conseguido evidenciar de forma destacada esses temas e

também de ter limitações, por exemplo, como à forte rotina e jornada de trabalho da creche e as especificidades do projeto (já descritas anteriormente). Mesmo assim ficou evidente, que o projeto em si, apresentou lapsos organizativos, que de alguma maneira permitiram a emergência de espontaneísmos e ativismos, no decorrer do seu cronograma de atividades. Com isso, correu-se o risco de acabar caindo num funcionalismo preservacionista junto à comunidade escolar da creche.

Constatou-se que o projeto teve um planejamento metodológico com traços e contornos bem definidos e executados, inclusive conforme já foi apontado no capítulo anterior, sendo um trabalho coletivo e, por que não dizer, multidisciplinar. Entretanto, a iniciativa não conseguiu dar conta das dimensões epistemológicas e socioambientais da educação ambiental, no qual afastou-se da formação de uma *consciência ambiental e de um trabalho interdisciplinar* e aproximou-se em certa medida de uma *sensibilização ambiental*. Sob esse ponto de vista, a educação ambiental como sensibilização pode ser funcional a diversas esferas de ação que visam inibir ou estimular, em termos imediatos, certos comportamentos.

A multidisciplinaridade alcançada no transcorrer do projeto, epistemologicamente possibilitou uma articulação mais real, das possíveis relações entre agentes sociais e o ambiente, pois ao menos provocou o questionamento do conhecimento linear e disciplinar. O enfoque biológico-preservacionista em educação ambiental delinea-se como uma das formas mais comuns de expressão desse conhecimento.

No entanto cabe deixar claro, que não necessariamente um grupo de pessoas *sensibilizadas*, que deixa de atirar lixo doméstico em via pública, irão incorporar uma consciência ambiental mais ampla e coletiva das relações socioambientais. Corroborando nesse sentido, Libâneo (1994), aponta que quando opta-se em relação a determinados métodos educativos, esses não devem reduzir-se a quaisquer medidas, procedimentos e técnicas. Isso quer dizer que, antes de se constituir em procedimentos, o método de ensino tem que estar embasado em uma reflexão teórico-prática sob determinadas práticas educativas em determinadas sociedades.

Por mais que no transcorrer do projeto social analisado, tenham sido levados em consideração diversos aspectos políticos, educacionais e de concepção do

mesmo, a opção de não ter *priorizado* a promoção de espaços formativos em relação à temática ambiental, predispôs o desencadeamento de distorções e algumas possíveis contradições em seu desenvolvimento. Porém, não significa que seguindo e realizando rigorosamente “modelos”, etapas metodológicas e ações de formação ambiental durante o projeto, que não poderiam ter ocorrido às mesmas debilidades, mas significaria pelo menos um esforço tentando constituir uma rota de fuga a espontaneísmos simplistas, muitas vezes reproduzidos em diversas atividades em educação ambiental.

O segundo aspecto a ser analisado referente ao desenvolvimento do projeto, seria que muitas vezes pela euforia dos integrantes na realização das atividades, desconsiderou-se talvez que este inseria-se em um contexto comunitário permeado por relações ideológicas e sociais inseridas em uma estrutura de poder hegemônica e sistêmica, que impõe-se ao indivíduo, reforçando objetivos preestabelecidos, inibindo a criatividade, as emoções e as identidades pessoais (Pedrini, 2002).

Nesse sentido o indivíduo não é algo absoluto, conforme afirma Morin (2000), sendo que não se pode fazer dele o fim supremo do circuito socioambiental; tampouco da sociedade ou da espécie. O autor considera que “a sociedade vive para o indivíduo, o qual vive para a sociedade; a sociedade e o indivíduo vivem para a espécie, que vive para o indivíduo e para a sociedade.” A complexidade humana não pode ser percebida separada dos elementos que a constituem, como as autonomias individuais e as participações comunitárias (Morin, 2000).

Sendo assim, desconsiderou-se no decorrer do projeto, que o despertar da consciência ambiental não é somente responsabilidade do indivíduo em si ou um agregado destes, mas requer envolvimento social e a ocorrência de uma coesão comunitária em torno disto, gerando vivências cotidianas que motivem e envolvam a comunidade. Para a ocorrência de um processo de conscientização, torna-se necessário romper com as fronteiras do individualismo, para que as pessoas mobilizem-se em torno de um fato social que articule a realidade e o pensamento individual. Essa articulação pode ser geradora de transformações cognitivas e ideológicas no indivíduo, não restritas apenas em mudanças de comportamentos e de atitudes no meio - ambiente domiciliar/comunitário, mas pode despertar uma

racionalidade questionadora das determinações hegemônicas socioambientais atuais e do *habitus* antropocentrista.

Colaborando com a discussão realizada, Carvalho (2002, p.8) em citação descreve que:

Comportamento é um conceito muito pobre para dar conta da complexidade do agir humano. Não se trata de induzir novos comportamentos, pois isso pode ser alcançado de forma pontual sem implicar uma transformação significativa, no sentido da construção de um novo ethos, de um novo pacto civilizatório desejado por um ideário ecológico emancipatório. Uma pessoa pode aprender a valorizar um ambiente saudável e não poluído, ter comportamentos tais como não sujar as ruas e participar dos mutirões de limpeza do seu bairro. Essa mesma pessoa, no entanto, pode considerar adequada a política de produção e transferência de lixo tóxico para outra região e não se importar com a contaminação de um lugar distante do seu ambiente de vida. Numa perspectiva individualista, isto preserva seu meio ambiente imediato, a despeito do prejuízo que possa ter, por exemplo, para outras populações afetadas por estes resíduos tóxicos (CARVALHO, 2002. p.8).

Não se pode deixar de considerar que o processo de tomada da consciência não é um processo linear, nem sempre percorre um caminho seguro e determinado, pois é um tema complexo e pouco conhecido na prática. O despertar da consciência ambiental dos indivíduos também está vinculado a um conjunto de fatores intersubjetivos, ideológicos e ontológicos, que não permite ter respostas e estratégias pedagógicas uniformes e bem-sucedidas em todos os casos.

Convergindo nesse sentido, uma das representantes do Conselho de Pais da creche, abordou a dimensão participativa que o projeto alcançou, no qual entendeu que a iniciativa “[...] mexeu com as pessoas, com alguns comportamentos. Mas deve ser mais trabalhado ainda, para as pessoas botarem o lixo no lixo. Os pais tem se prontificado ajudar mais nas atividades da creche, e parece que ficaram com mais consciência.”

Ainda um terceiro aspecto pertinente de ser analisado em relação ao projeto, foi que muito além da boa vontade, preparo e motivação dos integrantes na sua realização, seriam necessários também um maior número de participantes e conseqüentemente recursos financeiros para investimentos em material educativo /informativo, recursos humanos e infra-estrutura. Não que esse aspecto tivesse sido essencialmente o limitador e o principal causador das debilidades apresentadas pelo projeto, mas com certeza, iria proporcionar objetivamente possibilidades de um

desenvolvimento mais eficaz e constante das ações em educação ambiental na creche.

Outro objetivo do projeto, relacionado à conscientização ambiental, seria que mesmo com o afastamento e saída gradual do grupo de estudantes da UFSM e das agentes comunitárias, para tratarem de assuntos pessoais e profissionais, as atividades em educação ambiental deveriam continuar ocorrendo, bem como, o seu respectivo planejamento. Nas reuniões com a comunidade escolar, em meio aos debates, ressaltou-se muitas vezes que poderia ocorrer à saída dos integrantes da ONG e que mesmo assim, pelo projeto tratar de ações pertinentes ao cotidiano educacional da creche, caberia a esta apropriar-se e dar continuidade as iniciativas em educação ambiental.

A partir desse enfoque, tentou-se impedir uma postura de dependência e de desresponsabilização da comunidade escolar, pois para Jacobi (2001), estas decorrem principalmente da desinformação, da falta de consciência ambiental e ausência de práticas comunitárias baseadas na participação e no envolvimento dos cidadãos na gestão socioambiental do espaço ao qual pertencem.

Ao *olhar* a comunidade quando se executa um projeto comunitário, participando como estudante, extensionista e/ou agente de ONG, deve-se ter em vista que este projeto realiza-se com o intuito de *beneficiar* também a comunidade, e que nesse contexto são abertas possibilidades de participação, interação e aprendizagem de seus integrantes. O termo *beneficiar* nesse caso é relacionado como o apontamento de caminhos para a autonomia, cidadania e estímulo a iniciativas endógenas por parte da comunidade escolar, distinguindo-se da cultura paternalista, assistencialista¹¹ e oportunista que está impregnada socialmente como senso-comum em diversas iniciativas comunitárias.

Conforme a educadora I, a comunidade escolar está planejando ações para a continuidade do projeto “... através das atividades de limpeza no terreno baldio ao lado da creche que está cheio de lixo e uma construção de uma horta.”

Já para a educadora S., a continuidade das ações em educação ambiental

¹¹ Ver mais em relação ao tema no livro “O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta” de José de Souza Martins.

[...] estão sendo planejadas atividades como plantação de árvores, limpeza e cuidado do ambiente escolar, incentivo ao cuidado com a casa (reciclagem, não jogar lixo em qualquer lugar...), também buscamos sempre relacionar o trabalho, de forma interdisciplinar a fim de envolver a educação ambiental de maneira cotidiana durante o ano letivo com os alunos para que estes tomem por hábito o cuidado com o meio - ambiente, este trabalho deve e está sendo realizado ao decorrer de todo período escolar.

Os depoimentos deixam claro, que para a comunidade as idéias e ações em educação ambiental deveriam continuar, inclusive propuseram possíveis indicações de que pretendem realizar planejamentos futuros e prosseguirem com as idéias do projeto. Pressupor a partir disso que a comunidade ficou mais consciente e que estaria desenvolvendo sua cidadania, não cabe aqui ser afirmado, apenas permitiu reconhecer a partir dos depoimentos, que houve uma intenção da comunidade escolar em continuar planejando e realizando atividades em educação ambiental.

Em referência há isso, cabe ser chamada a atenção, que para o ensino formal é importante que ocorram o planejamento de ações em educação ambiental ao longo de todo ano letivo, não somente em meses e datas específicas alusivas ao meio - ambiente (dia da árvore, água, dos animais, etc.). Pois além dessas atividades serem esporádicas e isoladas, tratam a temática ambiental de forma descontextualizada curricularmente e numa perspectiva epistemologicamente empobrecedora. As instituições educacionais precisam ter clareza de qual deve ser o seu projeto educativo em relação aos educandos, perguntando: quem se vai educar? ; para quê se vai educar?

Nestas condições, para querer determinar o conteúdo educativo ministrado pela creche é imprescindível, antes de qualquer coisa, que a direção e educadores (as) obtenham e elaborem um determinado conhecimento das demandas socioambientais da sociedade, a começar pela comunidade local. No contexto explicitado e analisado na avaliação do referido projeto social, a relação entre meio - ambiente e educação assume um papel cada vez mais desafiador, pois demanda o surgimento de novos saberes para interagir em processos sociais complexos, como na Vila Kennedy e da comunidade escolar pesquisada.

3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA VILA KENNEDY: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA NA COMUNIDADE

As relações entre sociedade e ambiente são estabelecidas sob diversos aspectos sociais, sendo que essa inter-relação, inevitavelmente ressignifica os agentes que atuam nesse meio. Com isso, acontece a ativação de um conjunto de processos e relações sociais entre os sujeitos influenciando e determinando, muitas vezes, a forma destes interagirem em relação ao ambiente e às pessoas. Nesse contexto de interação, mesmo que não se perceba ou reflita acerca disso, de um modo ou outro, um cenário repleto de diversas circunstâncias de expressão política é estabelecido, determinando, na maioria das vezes, a configuração das formas de relação entre sociedade e ambiente.

Diante disso, explicita-se a necessidade da politização do debate relativo ao tema ambiental, bem como a educação ambiental, pois, nestas temáticas. Sob essa perspectiva, a cidadania é outro campo temático que emerge nesse aspecto, pois é um tema que está imbuído de proposições e ações, desde o âmbito institucional, até o individual e coletivo, formal e informal, ou, como evocava Paulo Freire, é a necessidade do indivíduo “ser e estar *com* o mundo”.

Por conseguinte, a apropriação da dimensão co-evolutiva¹² da sociedade torna-se essencial, quando se debatem cidadania e educação ambiental, para a compreensão de que as relações sociais relativas à questão ambiental são processos em construção permanente. Nesse aspecto, para Alencar (2000), estar alerta para as relações entre educação e cidadania é estar consciente da formação

¹² Co-evolução refere-se a um processo onde os seres não evoluem somente por si, propondo no significado da palavra, que os seres co-evoluem em interação e mutuamente com o ecossistema e a sociedade em todos os seus aspectos de organização social. Mais informações em Norgaard (1994).

de “sujeitos do presente e agentes do futuro”, possibilitando a renovação de processos, conteúdos, sentidos e significados também na educação. Cabe ser considerado que a educação, nesse amplo e complexo campo de vivência e disputas cotidianas da sociedade atual, se inter-relaciona com as determinações objetivas e experiências vivenciadas pelos sujeitos, desde sonhos de vida, até a questão da sobrevivência diária.

Uma das dimensões, talvez a principal, em que o projeto “Educação Ambiental na Vila Kennedy” atuou, foi desenvolver um conjunto de atividades direcionadas à reflexão da cidadania e do ambiente comunitário, conforme já descrito anteriormente. E, a partir dessas atividades em conjunto com os participantes do projeto, tornou-se possível avaliar o projeto “Educação Ambiental na Vila Kennedy” e as ações promovidas junto à comunidade escolar da creche. Essa avaliação perpassou em perceber se as ações promovidas pelo projeto tiveram importância nas vidas cotidianas das pessoas envolvidas e no espaço escolar, e se auxiliaram no estímulo às ações em cidadania na comunidade. A educação ambiental foi trabalhada, nesse caso, com uma perspectiva focada na cidadania, envolvendo diversos sujeitos, como professores, crianças educandas, mães, pais, agentes de saúde da região da Vila Kennedy e a comunidade que reside ao entorno da creche, durante a realização do projeto.

Nas diversas atividades realizadas no decorrer do projeto, sempre foi ressaltado que, atuando em determinadas situações estabelecidas na comunidade, mudanças poderiam ocorrer, não só mudanças aparentes e momentâneas, como, as ocorridas no depósito de lixo ao lado da escola e no pátio da escola com o plantio de árvores e ornamentação. Com essas ações também foi possível problematizar as relações sociais, políticas, culturais e de saúde pública que estavam interligadas a essas situações.

Somando-se a isso, outro aspecto sempre salientado era a importância e a necessidade das atividades em educação ambiental prosseguirem em 2008 junto à comunidade, mesmo com a ausência momentânea ou permanente dos membros do projeto exteriores à comunidade. Considerou-se que desenvolver ações voltadas para a cidadania, como no caso do projeto em discussão, pressupõe que as atividades não podem ser costumeiramente realizadas por agentes exógenos à

comunidade ou concedidas como uma simples ajuda para esta. Mudar um determinado contexto de adversidades em que se vive, deve ser entendido, pois, como um processo coletivo de mudança e emancipação individual, tornado-se uma perspectiva mútua e dinâmica da própria comunidade. Sob esse aspecto, a educação ambiental deveria tentar articular, conforme Leff (2001), o educando e a comunidade escolar rumo ao conhecimento e às formas da sua produção. Assim, torna-se possível descobrir os sentidos do saber, desenvolvendo o pensamento crítico e combatendo condutas automatizadas como o pragmatismo e o utilitarismo, valores tão presentes na sociedade atual.

No decorrer desse projeto social, foi percebida, ao longo dos acontecimentos, a inviabilidade de prosperarem atividades calcadas na educação tradicional, ainda mais em uma área de periferia urbana com infra-estrutura pública mínima, pauperismo entre muitos moradores, notória baixa auto-estima em muitas pessoas, desemprego e alta carga horária de trabalho dos trabalhadores formais e informais. Nesse contexto, o que foi possível realizar, segundo a equipe do projeto, em acordo com a creche, foram ações que objetivassem estimular e propor que as pessoas poderiam ser agentes das reivindicações e mudanças necessárias para melhoria das condições socioambientais da creche e da Vila Kennedy. Além de buscar esse processo de mobilização, materiais informativos¹³ foram distribuídos junto à comunidade, buscando debater e informar que as mudanças socioambientais são necessárias e imprescindíveis, entretanto, estão inseridas em um sistema biótico. Portanto, são mudanças que realizam-se de forma constante, gradual e lenta nesse sistema.

Nesse aspecto, cabe ser analisado que a ONG-CEMPA e os integrantes do projeto buscaram se colocar em uma postura de parceiros da creche e também de responsáveis por diversas tarefas no projeto. Muitas vezes, porém, foi debatido em grupo em relação ao respeito e a compreensão acerca das limitações que estão implicadas em estimular ações e reflexões em cidadania dentro de uma comunidade como a Vila Kennedy. Sob esse ponto de vista, cabe ser analisado como a CEMPA e a Creche Municipal Fiori Druck interagiram e de que maneira conseguiram desenvolver ações em comum que mobilizassem a comunidade.

¹³ Materiais confeccionados e definidos pela própria equipe do projeto, considerando as especificidades da comunidade.

3.1 ONG e creche: percepções e ações em educação ambiental e cidadania.

Nessa relação entre ONGs e escolas, envolvendo projetos sociais, antes de retratar como o projeto desenvolvido contribuiu em alguma mudança cotidiana junto a Vila Kennedy e o ambiente comunitário da creche, será feita uma breve contextualização da atuação das ONGs no Brasil e o debate relativo à cidadania.

As ONGs podem ser consideradas, como alude Landim (2002, p. 18), um dado novo na nova complexidade da sociedade, sendo que surgem como “(...) um ‘lugar’ de onde fala a nova experiência, de onde não podia falar o Estado, de onde não podia falar a Academia, de onde só podia falar (...) uma experiência militante”. Nesse sentido, trata-se, mais propriamente, de organizações que são identificadas, enquanto tais, “através do tempo e em diferentes situações, em relação com outras organizações das quais se distinguem, diferenciando-se, de acordo com a dinâmica dos acontecimentos em que estão envolvidas” (Landim, 2002, p.22).

Ainda que muitos pensadores e intelectuais envolvidos com os movimentos sociais em si e outras formas de organização coletiva decodifiquem as ONGs como entidades privilegiadas na cena política mundial, existe, da mesma forma, uma série de controvérsias e denúncias expostas atualmente sobre ações ilícitas que estas entidades vêm intermediando. Tais controvérsias se intensificaram, na mesma medida, em que os cenários nacional e internacional transformaram-se e impuseram uma série de reformulações de objetivos e perfil para estas organizações. Considera-se que estas transformações ainda não estão acumuladas de forma significativa, conforme Haddad (2002, p. 11), e por isso os “seus entornos, tendências e perspectivas ainda são pouco conhecidas”.

Em tal descrição, cabe também ser considerado que, dentro do campo de atuação e legitimação das ONGs, não há unanimidades, pois há vários projetos e rumos em confluência e disputa. Conforme Dagnino (2002, p.288), essa “complementaridade instrumental entre os propósitos do Estado e da sociedade civil tangencia um campo imerso em possíveis confluências benéficas e/ou perversas.

Nesse aspecto, questiona-se o papel das ONGs, alegando que as mesmas atuariam como uma espécie de organização que substituiria as responsabilidades estatais, sendo desqualificadas politicamente. Pois essas entidades foram consideradas um suporte para a implementação de políticas neoliberais no Brasil e que fizeram e ainda fazem uso indevido das vantagens decorrentes da manutenção do termo de “sem fins lucrativos”.

Por fim, considera-se que a problematização em torno da idéia de ONGs até aqui apresentada é justificada pela necessidade de apontar algumas características que estas entidades junto ao cenário em que atuam podem apresentar na atualidade, como no caso do Brasil. Ainda que não faça parte dos propósitos desse trabalho aprofundar essa discussão, esta breve contextualização visa contribuir na compreensão do cenário no qual a ONG - Centro Multidisciplinar de Pesquisa e Ação (CEMPA) está inserida, pois afinal é reconhecida social e legalmente dessa maneira. Em relação a esse cenário, dados da Associação Brasileira de ONGs - ABONG demonstram que a atuação das ONGs é considerável na área da educação, sendo em 2002, um dos focos temáticos prioritários de sua atuação. Das entidades associadas à ABONG, 52,04% das ONGs tinham como prioridade o trabalho com a educação.

Dentre essas questões recorrentes relativo ao debate da função das ONGS na sociedade, e no caso desse trabalho junto a Creche Municipal Fiori Druck, avaliou-se, junto aos educadores e pais, as possibilidades em cidadania que o projeto possa ter gerado, não só na creche, mas também na Vila Kennedy. Das ações da creche que mais se destacaram, em relação a ações comunitárias “extra-muros”, foram a passeata realizada com as crianças e educadoras na vila ao redor da creche, as reuniões dos Conselhos de pais e as discussões envolvendo as condições ambientais e sanitárias do terreno baldio ao lado da escola.

Para a representante do Conselho de pais da creche, as atividades desenvolvidas chegaram à comunidade e foram avaliadas da seguinte maneira: “Bom, o terreno baldio no lado da escola ainda continua com as pessoas jogando lixo lá, essa deveria ser a próxima atividade a continuar. O pessoal tem buscado mais coletividade, pois o pessoal está cansado de esperar o poder público, mas a maioria ainda não participa”. Já para a Agente de saúde, as atividades do projeto

desenvolvidas junto à comunidade, sob seu ponto de vista, estimularam outros sentidos, destacando que os pais “[...] passaram a ajudar mais nas atividades da creche, após a realização do projeto. Ficaram mais responsáveis pela creche e tem mais interesse pelas coisas”. A mesma, quando avalia os pontos positivos do projeto, também afirma que o projeto “nos ajudou a pensar mais sobre a realidade”.

As opiniões dos participantes evidenciaram um aspecto importante. Cabe ser avaliado que o projeto em relação as mudanças estruturais de grande impacto e visíveis, não obteve resultados significativos, fora o plantio de árvores e o embelezamento do pátio da escola com plantas ornamentais. Entretanto foi observado que os pais dos educandos passaram a interagir e importar-se mais com as ações pedagógicas e beneficentes, bem como, com os demais assuntos relativos à manutenção da creche.

A partir desses fatos, optou-se em encaminhar essa análise para que considera-se o processo social percorrido com ênfase nas representações e meios para a realização de uma educação ambiental pautada na cidadania e que seja catalisadora de mobilizações na comunidade em torno de ações de seu interesse em comum. Portanto, demonstrou-se que não houve um intenso processo de mobilização e construção em cidadania, mas realizou-se o possível, na medida das condições reais e objetivas estabelecidas, levando-se em conta as limitações da comunidade, da creche e da ONG. Dessa maneira foi desenvolvida, desenvolveu-se um processo que tinha como intenção a construção e o estímulo da cidadania, mostrando que é possível envolver e estimular as pessoas em torno de um espaço e de causas em comum.

Observou-se, no entanto, que em torno da creche atuavam dois processos em curso que desmobilizavam o debate e as ações em relação à cidadania e à mobilização política naquela parte da comunidade da Vila Kennedy. O primeiro processo seria a falta de uma agenda política organizada pela própria comunidade que envolvesse seus agentes e os motivasse a agir coletivamente ou a acreditar em uma determinada causa. O segundo seria em relação a aspectos macro-sociais, como trabalho, falta de condições dignas de moradia, injustiça social, entre outras, e a questões micro-sociais (relativas às conjunturas municipais e configurações sociais do próprio bairro), retardando, talvez ainda mais, esse processo.

Um processo de cidadania coletiva, em uma dada localidade, segundo Gohn (1994), pode ser constituidora de agentes históricos por meio das populações urbanas de periferia e das camadas expropriadas. Nesse contexto, podemos ter um conceito de cidadania com significativo potencial analítico no entendimento das práticas de Educação Ambiental. Quando se evoca o conceito de cidadão coletivo, conforme Gohn (1994) refere-se a grupos que lutam por direitos sociais básicos, como saúde, educação e moradia; mas se refere, também, a outros grupos que lutam por direitos civis, como a ecologia e relações socioambientais mais justas.

A partir disso, as temáticas anteriormente identificadas, como cidadania e autonomia, propõem no âmbito da educação ambiental instigar um processo de tensão entre a ação pedagógica escolar e a ampliação dos espaços de cidadania junto à sociedade e o atual estado de precariedade, tanto estrutural quanto educativo, da educação pública. Analisando o projeto em questão, sob essa ótica, para a educadora P., a iniciativa em educação ambiental, de certo modo, mobilizou a comunidade escolar e “a maioria das pessoas estão ajudando a preservar o meio em que seus próprios filhos estão inseridos”. Da mesma forma, para a educadora S., as iniciativas em educação ambiental foram efetivas considerando que

[...] as pessoas da comunidade também foram atingidas positivamente com o projeto visto que passaram a dar mais atenção ao terreno abandonado ao lado da escola que muitas vezes os moradores deixavam animais mortos, o mato abrigava cobras, aranhas mosquitos, lixo, também se passou a ter mais cuidado em não jogar lixo no chão, cuidar das árvores da rua. Tudo isso é reflexo de um trabalho que ultrapassou as crianças e expandiu-se em grande parte de uma comunidade.

Apesar das declarações não enfocarem a educação ambiental em si, pode-se observar que as opiniões dadas apontam e demonstram que ocorreram mudanças na comunidade, de hábitos e comportamentos, não necessariamente ligadas a uma consciência mais ampla e que apontasse para uma mudança nas relações de imobilismo e apatia político-comunitária. Um dos fatores observados, que demonstra algum efeito das ações desenvolvidas durante o projeto na comunidade, por exemplo, foi quando na realização das entrevistas mencionou-se que algumas das ações do projeto “Educação Ambiental na Vila Kennedy” foram utilizadas, como referência, por um dos grupos políticos que concorriam à direção da associação de moradores da Vila:

O pessoal vendo o projeto pretende fazer algo futuramente aqui na vila sobre ambiente; estimulou outras experiências aqui na vila e despertou interesse das pessoas. O pessoal via o que estava sendo feito e perguntava o que era. Uma das propostas do candidato que estou apoiando para a eleição aqui da Associação Comunitária é colocar isso de ter mais palestras, plantar árvores e cuidar do lixo. Deu uma maior motivação.

Com isso, não se determina que o projeto tenha influenciado diretamente a utilização das ações, como propostas, por esse grupo. Mas cabe ser considerado, em relação a isto, que a questão ambiental naquele determinado momento passou a fazer parte de um dos modos de organização política da comunidade, mesmo que superficialmente e para uma campanha pontual, mas o fato é que passou a fazer. Sob essa perspectiva, torna-se possível visualizar que a relação existente entre cidadania, meio ambiente e educação não vem à tona de maneira gratuita ou como um simples destino. Essas relações emergem no discurso e na prática historicamente construídas, ou seja, como uma preocupação socioambiental elaborada a partir dos desafios da prática social cotidiana.

Por conseguinte, cabe destacar novamente que um dos papéis que o espaço escolar pode assumir, não prioritariamente, mas como um dos seus objetivos principais, seria a idéia da comunidade escolar acompanhar tendências não-hegemônicas da educação e da sociedade. Uma possibilidade de seguir essa tendência seria fazer a opção por uma educação ambiental com enfoque socioambiental e sob uma perspectiva crítica. Por isso, no cenário educacional atual, cabe mais uma vez destacar que a educação ambiental comprometida com uma sociedade justa e sustentável é inconciliável com a busca de soluções espontaneístas e imediatistas em relação aos problemas socioambientais historicamente estabelecidos em qualquer lugar.

A partir disso, torna-se possível acreditar na construção de uma educação ambiental pautada em um processo contínuo de aprendizagem e exercício da cidadania, provocando as pessoas a uma visão crítica da realidade e a uma atuação que se reconheçam enquanto agentes de mudança no seu espaço social. Portanto, a possível relação cidadania- ambiente-conhecimento, não vem à tona de maneira gratuita ou naturalmente por meio do sistema hegemônico vivido. Essa relação emerge, sim, no discurso e na prática social, como construção histórica.

Esse conjunto de pressupostos e princípios, relacionados à cidadania, mencionados no decorrer da análise podem estar presentes nessa discussão envolvendo as ONGs e as escolas. Dessa forma, esses valores devem ser ressaltados e estimulados para que a ação educativa e os projetos sociais, por exemplo, não caiam no equívoco de reproduzir relações tradicionais enraizadas e incrustadas no seio da sociedade brasileira, como o assistencialismo, o paternalismo, o patrimonialismo e a política de “favores”. Por mais que se criem subterfúgios e eufemismos para não enxergar a realidade, esses atos são realizados costumeiramente consciente ou inconscientemente, configurando-se como comportamentos sociais cotidianos que se naturalizam e são incorporados de algum modo no imaginário social. Nesse sentido, são criados e produzidos os mais diversos mecanismos sociais de subjugação, controle e exploração de diversos setores da sociedade, bem como de manutenção da ordem econômica, política e social estabelecida.

Com isso surge a pergunta: Porque despender tempo e esforço em um trabalho dito social e educativo, sendo que este não se propõe a fazer e produzir mudanças significativas frente às contradições sociais da realidade?

Essa questão suscita ainda outro questionamento: Qual poderia ser a contribuição da educação ambiental para a educação pública?

Tanto as ONGs quanto as ações em educação ambiental podem ora ampliar o campo da cidadania e dos direitos sociais, ora podem restringir as ações com as escolas à excessiva subjetivação, assistencialismo e individualização dos debates e nas suas formas de ação. Nesse contexto, a preocupação com a formação cidadã do educando, segundo Gadotti (2001), deve ser uma das questões primordiais da escola e da sociedade. Em um contexto comunitário, a escola pode ser um local privilegiado, por tradição ou legitimidade, para repensar e dialogar acerca das estratégias e dos possíveis desafios da constituição de uma educação para a cidadania. Portanto, a escola com sua comunidade escolar devem tornar-se capazes de formar um estudante mais crítico e atuante frente a sua realidade. As ações em cidadania e educação ambiental podem constituir-se nas escolas, segundo Freire (2002), em indicadores de transformações, que se materializam em atos educativos,

auxiliando na produção de um conhecimento capaz de gerar mudanças significativas no processo ensino-aprendizagem dos educandos.

Outra questão que merece atenção, pautando a relação entre escolas e ONGs é o trabalho beneficente e filantrópico que muitas vezes é apontado como uma forma de melhorar e suprir as lacunas existentes na educação pública. Durante a realização do projeto aqui analisado, constatou-se que alguns participantes do projeto, nem que fosse em um determinado momento, acreditaram que o objetivo das iniciativas realizadas em educação ambiental poderiam estar balizadas em pressupostos assistencialistas. Entretanto, quando se ajuda ou se faz uma “boa” ação, deve-se considerar que essas atitudes têm uma forte tendência a potencializar laços de dependência e imobilismo. Com isso, corre-se o risco de criar um cenário que fortaleça os elos das correntes que prendem as pessoas na subserviência e apatia perante a atual conjuntura socioambiental estabelecida. O simples fato de “ajudar as pessoas”, “dar as coisas” e deixar de alguma forma claro que se trata de um “favor” está impregnado de uma forte carga política e ideológica de subjugação e conservadorismo, mesmo que de modo imperceptível.

Por isso, cabe serem analisadas as ações em educação ambiental e cidadania que se propõem ou apresentam enquanto alternativas de transformação da realidade. Para que isso ocorra, é essencial em iniciativas comunitárias envolver a população nesse processo para que seja dado um sentido de autonomia e pertença entre a ação e o sujeito, estimulando atividades mais consistentes em cidadania. Ainda sob esse ponto de vista, Demo (1996) aponta que não há relações sociais de qualquer espécie que, de uma forma ou outra, não sejam por definição políticas. Segundo o autor, por exemplo, as desigualdades sociais são intrínsecas à dinâmica da formação social e, mesmo cessando, a pobreza, a diferença entre classes e demais desigualdades não acabariam as injustiças sociais, pois são uma manifestação social concreta e que alicerçam o sistema capitalista.

Portanto, “ajudas” e “favores”, como forma de questionamento e atuação perante as desigualdades, é até uma medida eficiente em um determinado momento, mas está mais do que evidenciado que esse tipo de ação não resolve e muito menos abala estruturalmente o *status quo* que sustenta o sistema vigente. Uma ação alternativa possível perante essa realidade é a de no mínimo questionar

as formas de manifestação dessa ordem hegemônica e injusta com base nos princípios da autonomia e emancipação, a partir do exercício de mobilização e organização política das comunidades, mesmo não sendo uma ação imediata.

Quando em um espaço social não estão evidenciados os princípios da cidadania e da democracia em uma perspectiva de autonomia popular, cria-se um ambiente hospitaleiro para a instalação da “pobreza política”. Conforme Demo (1996), esse contexto estabelece as condições propícias para a ocorrência do abuso de poder, permeada por uma evidente ausência do dito estado “democrático e de direito”. Quando há ausência de direitos fundamentais, como moradia e vida digna, por exemplo, e essa situação torna-se rotineira, os direitos acabam por se tornar objetos que só podem ser adquiridos pela concessão dos que têm poder.

Essa relação torna-se interessante para quem domina, pois movimenta uma cadeia de subserviências por meio de um sentimento de gratidão ao estado, apreço às supostas autoridades políticas e às ONGs assistencialistas, e assim por diante. Quando um indivíduo se vitimiza ou aceita a situação de exclusão social¹⁴ em que vive, faz essencialmente uma escolha política, segundo Demo (1996), ou pela dificuldade de reagir e exigir a efetividade dos seus direitos, ou de não constituir as condições pessoais suficientes para reivindicá-los. Diversas maneiras de manifestação do poder, bem como relações políticas, econômicas, de informação, projetos sociais e do conhecimento científico acadêmico servem para consolidar e reproduzir esse quadro de dominação e subjugação social.

Outra experiência proporcionada à equipe envolvida no projeto foi o entendimento de que desenvolvendo atividades estimuladoras de processos de cidadania (como por exemplo, reunião ampliada com a comunidade), não se trata de um processo “tranquilo” e não deve ter como objetivo principal “agradar a todos”. Durante as reuniões do projeto e ações com a comunidade escolar para o desenvolvimento de ações voltadas ao exercício da cidadania e da reflexão, provocaram-se desconstruções de comportamentos, questionamento de atitudes

¹⁴ O processo de exclusão social aqui referido tem um sentido multidimensional. A exclusão social, segundo Sposati (1996) seria a impossibilidade tanto pessoal quanto coletiva das pessoas partilharem da sociedade, tendo como cotidiana a privação sob diversos aspectos. Sendo assim trata-se de uma lógica que envolvem várias relações econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira, incluindo fatores como pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade e não representação pública.

tradicionalmente convencionadas e desestabilização de relações de hierarquias locais e sociais legitimadas.

Desta maneira, tratou-se de um processo não-consensual, permeado de conflitos e interesses das mais diversos matizes. Relações sociais amigáveis construíram-se no decorrer desse processo, mas, como um dos objetivos do projeto era proporcionar espaços para esclarecer e pensar mudança social, atividades e conversas tornaram-se impraticáveis como concessões de conveniências altruístas em manutenção de um bem-estar e tranqüilidades, incoerentes com a realidade imposta. Portanto, mesmo captando-se todas as dificuldades em desenvolver processos consistentes de mobilização e conscientização da comunidade em relação ao seu ambiente comunitário, e tomando posições políticas polêmicas no decorrer do projeto que poderiam afastar participantes e pessoas, optou-se em trilhar caminhos distintos de muitas outras iniciativas.

Em relação à creche, considerou-se que os fatos que ocorriam na comunidade influenciavam diretamente esta, pois, estando inserida no entorno comunitário, recebe pressões e coerções sociais das mais diversas formas para ajustar-se em determinado contexto dominante na comunidade. Frente a essa situação, no projeto em avaliação, destacou-se como desafio a realização de discussões abordando um terreno baldio que era utilizado como depósito de lixo comunitário ao lado da escola. Uma das estratégias iniciais de atuação em relação a este terreno baldio seria de, ao invés de realizar uma simples e resolutiva limpeza, iniciar uma campanha educativa entre a comunidade escolar e os moradores próximos ao terreno.

Os debates em relação ao revigoramento deste terreno baldio não surgiram da parte da creche por simples questões de estética e limpeza, mas sim de saneamento ambiental e de ocupação do terreno para atividades públicas e da creche. Portanto, acreditava-se que o terreno poderia deixar de ser o “depósito de lixo” de alguns moradores da localidade. A função da equipe do projeto, conforme planejamento em relação a essa atividade era desenvolver idéias e ações em educação ambiental para atuar frente ao caso, e as educadoras teriam autonomia em optar pelo melhor momento de acioná-las e as executar, de preferência quando houvesse uma conjuntura adequada e um maior apoio comunitário.

Tal opção justificou-se devido a supostas pressões e/ou retaliações por parte de alguns membros da comunidade não interessados em mudar essa situação relativa ao terreno, ou seja, interessados isto sim em continuar utilizando-o como depósito de lixo. A partir dessa forma de desenvolver as ações que o projeto social realizado em conjunto com a creche conseguiu expor e desvelar seus objetivos.

Avaliou-se que apenas realizando a limpeza do terreno, sem discutir e debater na comunidade escolar a importância e o protagonismo que esta deveria ter no revigoramento daquele espaço, estaria reproduzindo-se mais uma ação automatizada e ineficaz. Atitude esta que não promoveria o devido debate relativo à cidadania e à mobilização comunitária necessárias na solução dos problemas inerentes à localidade. Entretanto, deixa-se claro que a educação ambiental nesse caso, como em tantos outros, não deve ser concebida como a solução de todos os problemas socioambientais, mas pode constituir-se como um importante meio para enfrentamento destes.

3.2 Eleições municipais 2008: possibilidade ou entrave para a cidadania?

Conforme já descrito nesse trabalho, na comunidade escolar da Creche Fiori Druck conviveu-se com diversos momentos e experiências ao longo dos quase dois anos junto ao projeto “Educação Ambiental na Vila Kennedy”. Dentre esses, alguns períodos foram marcados, ora por um fluxo contínuo ou por um refluxo de ações dessa iniciativa junto à comunidade. Geralmente esses momentos de descontinuidade das atividades ocorriam em períodos de festas de final de ano, férias escolares, período de férias dos trabalhadores da unidade e de provas dos estudantes vinculados a UFSM. Os períodos eleitorais também faziam parte desses momentos, voltando os “olhares” da comunidade, muitas vezes, para essas atividades, mas em si não interagindo de um modo que gerasse conflitividade entre esse processo e as ações em educação ambiental.

Em relação a esses fatos, optou-se em descrever e problematizar nessa parte do trabalho alguns acontecimentos que foram observados por pessoas da

comunidade e do pesquisador, no decorrer do projeto em 2007. A descrição a ser feita é relativa à observação de ações político-partidárias, junto à creche e à comunidade, por parte de agentes vinculados a candidatos para vereador ou a prefeito da cidade, em 2008.

Sob esse aspecto, há um entendimento de que as eleições podem e devem ser um momento de reflexão e de exercício da cidadania, mesmo que muito incipiente e momentâneo, traçando os rumos da cidade e do bairro para os próximos quatro anos. Cabe constar que não há contrariedade sobre a ação dos agentes vinculados a partidos ou a candidatos na comunidade, pois são práticas legítimas e comuns em uma suposta democracia sendo um processo que perpassa a construção social e histórica de uma sociedade.

Entretanto, o que chamou a atenção dos membros do projeto e merece ser descrito e analisado, seriam as atitudes desses agentes, tentando desarticular as ações do projeto em estudo, embora tivessem conhecimento e convite para participar do mesmo. Observaram-se ações como promessas de limpeza do terreno baldio ao lado da creche ou de providenciar uma solução efetiva para esse caso: plantio de mudas de árvores nas escolas da região de forma “facilitada” em relação ao projeto aqui analisado.

Contudo, evidenciou-se nesse tipo de prática um discurso em nome do desenvolvimento do bairro que, segundo Vidal (2004), vincula o processo educativo e mobilizador da comunidade a uma visão de cunho conservador, estando comprometida em manter o modelo atual de desigualdades sociais, que busca ser hegemônico. Configurou-se, assim, uma atuação de modo paralelo ou de maneira a inviabilizar as ações do projeto, com o intuito de constituir-se como referência única e supostamente em busca de benefícios eleitoreiros.

Ainda em relação a esse aspecto, Guimarães (2000) ressalta que essas ações políticas, além de fazerem parte de um modelo de sociedade que potencializa valores individualistas e antropocêntricos, compõem relações de dominação e exclusão, não só nas relações sociais, como também na relação entre sociedade e natureza, cooperando também com a atual crise ambiental. Esse antropocentrismo, para Boff (2002), pressupõe uma postura centrada no homem, negando a autonomia das “coisas” e a conexão do homem com a natureza e com a realidade. Por fim,

considera-se que esse tipo de atitude ignora os sujeitos em si, e opiniões em prol de um interesse essencialmente individualista.

Nesse contexto, foi observado um modo de agir desses agentes, supostamente “comprometidos” e “mobilizadores” da comunidade, calcado em uma política partidária tradicional, imersa em personalismo e na mediação pela troca de favores junto a algumas pessoas e escolas da comunidade. Por meio dessas atividades, havia à concessão de objetos e/ou benfeitorias (mudas de árvores, tinta, coleta de lixo) sem a realização de debates e reflexões com as escolas e a comunidade que visassem a mobilizar essas para assuntos relativos à solução dos problemas locais. Em suma, o que se verificou foi mais uma ação tradicional e descontínua na Vila. Essa iniciativa comunitária, que tentou atuar na desarticulação do projeto com o uso de um discurso falacioso de “desenvolvimento” do bairro, objetivamente atuou na manutenção da precariedade da situação socioambiental estabelecida no bairro.

Cabe ressaltar, segundo Alves (2000), que ações despolitizadoras também se observam de forma ambígua e banalizada em discursos usando noções de cidadania e participação social, inclusive envolvendo a temática da educação ambiental. Nesse aspecto, a cidadania e a participação social são invocadas com frequência em debates acerca da educação ambiental, mas de modo dissociado de uma crítica ao conceito “liberal” de cidadania. Refere-se ao fato de essas noções serem usadas, no contexto do sistema capitalista vigente, ora como meio de ocultar as desigualdades sociais e de legitimar sua manutenção, ora como conquistas associadas ao aumento de consumo e acesso a serviços (públicos ou privados) diferenciados (Alves, 2000). Dessa forma, o debate relativo a cidadania pode recair em um mero artifício de camuflagem e perpetuação da exploração sobre a sociedade e o ambiente, estando descolado das questões envolvendo política comunitária, desigualdade e problemas sociais.

Por outro lado, a educação para a cidadania pode representar a possibilidade de estimular e sensibilizar as pessoas, segundo Jacobi (2003), para diversas modalidades de participação, desvelando potenciais caminhos de dinamização em uma comunidade. Em um contexto agudo de desigualdades e injustiça social, a educação ambiental articulada com ações em cidadania, pode implicar o

questionamento e que aponte para a superação da dominação e de uma cultura política baseada na tutela.

Em relação à creche em si, as ações descritas no intuito de desarticular as iniciativas do projeto, não foram consistentes, pois havia um vínculo minimamente estruturado, consistente e acordado, entre direção da creche, educadoras e projeto, com as iniciativas em educação ambiental. Corroborando nesse sentido, Jacobi (2003) considera que em um contexto no qual as questões ambientais estão em evidência, geralmente emergem conflitos por divergência de interesses e por uma polarização entre visões de mundo.

O desafio colocado em meio a essas disputas e embates é o de motivar práticas que reforcem a autonomia, a legitimidade da organização comunitária e a perspectiva de uma atuação cooperativa. Desse modo, as comunidades são referências, como possível força para romper com as lógicas políticas da tutela, da regulação local e municipal, questionando e definindo novas relações baseadas na decisão democrática e conjunta das atividades, ressignificando processos formulativos de cidadania.

3.3 Vivências em cidadania: quando que o novo, não necessariamente é o novo?

O projeto “Educação Ambiental na Vila Kennedy” almejou em seu percurso, dentre seus objetivos, fusionar-se com entidades e espaços de organização social e política da própria comunidade, propondo-se a ser um projeto realizado *com* a comunidade e não *na* comunidade. Desse modo, não foi reivindicado para sua operacionalização (re) criar fóruns e instâncias para operacionalizar o projeto. Sob esse contexto, optou-se em compor os espaços comunitários já existentes, como, por exemplo, na creche, participando das reuniões pedagógicas e do conselho de pais.

A questão que pode ser analisada e que foi vivenciada junto à organização comunitária foi a iniciativa de muitos projetos e ações sociais, até da própria

comunidade, em tentar formar novos núcleos e organizações ou propor uma outra dinâmica organizativa para discutir e deliberar assuntos de interesse da comunidade. Percebeu-se que é costumeiro e cotidiano criticar ações e organizações sociais existentes, afirmando que essas “não dão certo” ou “estão ultrapassadas”, entre outras coisas. Pode ser mais comum ainda perceber que vem ocorrendo à constituição de muitas e novas entidades de representação política e social, sendo que essas incorrem em um sério risco de não efetivarem-se e não atingirem os objetivos esperados durante sua constituição. Nesse contexto, torna-se essencial analisar que os problemas e percalços criados e enfrentados nessas entidades não são muitas vezes inerentes a essas instituições, coletivos ou estruturas em si, porém estão vinculados às atitudes e aos direcionamentos políticos dos agentes que atuam e fazem parte destas.

Perante esse conjunto de circunstâncias, questiona-se: A constituição de “novas soluções”, sem avaliar e refletir acerca das formas de pensar, dialogar e conceber ações políticas, nesse processo, para enfrentamento dos problemas de ordem cotidiana, aponta para que tipo de solução?

Por exemplo, quando se debate a relação sociedade e ambiente em espaços de organização social, de modo preservacionista, harmonioso ou genérico, incorre-se no risco de naturalizar o que é social. Sendo assim, é costumeiro tratar de modo espontaneísta e precipitado possíveis equívocos cotidianos e políticos de um coletivo ou organização. Essas concepções interatuam para a fragilização da construção de possíveis agentes mobilizadores que compõem um projeto social diferenciado, que seja pautado em práticas educativas com enfoque popular e crítico (Loureiro, 2005).

Nesse sentido, ainda em Loureiro (2005, p.149), esse seria um aspecto

[...] decisivo para nos inserirmos numa visão emancipatória de educação. Na atividade humana coletiva nos educamos, com sujeitos localizados temporal e espacialmente. Ter clareza disso é o que nos leva a atuar em Educação Ambiental, mas não a partir do discurso genérico de que todos nós somos igualmente responsáveis e vítimas do processo de degradação ecossistêmica. Educar para transformar é agir em processos que se constituem dialogicamente e conflitivamente por atores sociais que possuem projetos distintos de sociedade, que se apropriam material e simbolicamente da natureza de modo desigual. Educar para emancipar é reconhecer os sujeitos sociais e trabalhar com estes em suas especificidades. A práxis educativa transformadora é, portanto, aquela que

fornece ao processo educativo as condições para a ação modificadora e simultânea dos indivíduos e dos grupos sociais; que trabalha a partir da realidade cotidiana visando à superação das relações de dominação e de exclusão que caracterizam e definem a sociedade capitalista globalizada.

Cabe ser considerado que a busca de algo renovado, em si, possivelmente não se dá essencialmente por uma estrutura ou pessoas aparentemente “diferentes” e “novas”, mas sim em indivíduos que se permitam olhar, refletir e agir acerca da realidade de modo renovado e diferenciado. Com esse conjunto de entendimentos que surgiu no projeto em questão, há a necessidade de valorização das organizações sociais já existentes quando implementam-se ações e projetos sociais nas comunidades.

Então, sob esse contexto, considera-se que constituir uma organização com o apelo de ser algo “novo”, em uma conjuntura comunitária de organização política e social com coesão política frágil, provavelmente não aponta para a geração de soluções mobilizadoras e resolutivas para as demandas socioambientais de uma comunidade. Portanto, ao pautar e constituir um processo de mudança social a partir de novas instituições, organizações, entre outras, sem realmente problematizar as relações sociais cotidianas relativas a esse processo, pode-se estar criando algo que (re) produza vícios e hábitos políticos corriqueiros e pouco refletidos no seio da comunidade. A partir disso, os sujeitos, enfrentando o desafio de mudar algo, também realizam sua própria transformação (Konder, 1992).

Ainda em relação a isso, corrobora-se com Lima (2004) propondo que a constituição de uma educação ambiental emancipatória deve estar comprometida com a ampliação dos espaços de democracia para os indivíduos e os grupos que participam desse processo. Por isso, é necessário refletir e transformar as situações de dominação e sujeição na sociedade, para que haja o início de uma tomada de consciência coletiva por parte dos sujeitos que atue para a politização das relações interpessoais com a sociedade e com o ambiente no qual se vive. Nessa linha, compartilha-se com Freire (1976) descrevendo que as pessoas, refletindo sobre suas próprias limitações, poderão ser capazes de libertarem-se, sendo transformadoras de sua realidade condicionada e conformadoras de uma prática consciente.

Constatou-se, no contexto da comunidade escolar, que ocupar e participar das entidades comunitárias não se trata de algo determinado, definido e acabado, mas, sim, de um processo em construção, que ocorre em interdependência com outros condicionantes sociais característicos de cada comunidade. Problematicando essa situação, a educadora F. relatou

[...] que muitas vezes não há tempo suficiente nem incentivo de pais ou comunidade para que o trabalho se desenvolva mais, mas está na persistência que aos poucos vai mudando a consciência da escola, família, comunidade e assim vai atingindo cada vez mais pessoas em busca de uma vida mais saudável e sustentável.

Tendo como referência essas características o projeto, quando iniciou suas atividades em educação ambiental na creche, buscou potencializar a iniciativa como uma relação de “mão dupla” entre a creche e a comunidade, visando à expansão dessas ações conjuntas entre comunidade escolar e vila Kennedy. Com isso vem à tona uma das questões que norteiam esse trabalho, que é a seguinte: não basta apenas questionar e querer transformar a estrutura e as ações educativo-pedagógicas da creche em si, mas também se deve considerar o contexto social que a envolve e com ela interage.

Diante disso, a creche e a Vila Kennedy estão constituídas em um campo social que se inter-relaciona sob múltiplas forças político-ideológicas que estabelecem entre si diversos graus de sociabilidade. Por conseguinte, não cabe delegar à escola mudar isoladamente alguma realidade social ou seu próprio contexto, bem como decretar que a mesma seja um ponto central de mudança na comunidade. A transformação do cotidiano, nesse caso, envolvendo o projeto em questão, concretamente perpassou em constituir a creche como mais um ponto de apoio dentro da comunidade para a elaboração de idéias e propostas político-comunitárias, abrangendo também a temática socioambiental.

3.4. Projetando caminhos e vivenciando desafios: a incógnita da continuidade

Um dos pontos discutidos de forma intensa no decorrer do projeto aqui analisado seria em relação à sua continuidade. Em partes anteriores dessa monografia, foram descritas as ações desenvolvidas, ressaltando a necessidade tanto de continuar com as iniciativas, quanto de estimular a comunidade a promover iniciativas de seu interesse.

Questionando membros da comunidade escolar sobre possíveis pontos positivos e negativos em relação ao projeto analisado, alguns depoimentos remetem à continuidade do mesmo, como relata a agente comunitária C.:

O projeto necessita ter uma maior continuidade, o grupo de estudantes de vocês ou a universidade devem se preocupar mais com isso. A universidade sempre faz isso, mas mesmo o projeto trabalhando para as pessoas fazerem as coisas por conta, necessita de uma pessoa mais de fora, organizando, motivando e forçando para que as coisas aconteçam e não acabem morrendo na casca.

Em sentido semelhante, temos a declaração de um dos membros do Conselho de Pais declarando que “Os estudantes de educação ambiental, deveriam vir aqui e dar mais palestras, até para continuar o trabalho”. Em meio a essas opiniões, observaram-se comentários que apontam à importância da continuidade do projeto na localidade, mas de maneira diferente de um dos objetivos da iniciativa, que seria a comunidade autonomamente encampar as atividades. Percebeu-se também, em conversas informais, a transferência de atribuição e responsabilidade da continuidade do projeto para as instituições formadoras que são referência na cidade, nesse caso a UFSM e UNIFRA, ou para o grupo de estudantes ligados ao projeto, bem como para a ONG-CEMPA.

Na maioria dos depoimentos foi avaliado que houve um determinado protagonismo nas falas, referindo-se aos agentes que não residem na comunidade. Mesmo que nas reuniões e espaços do projeto junto à comunidade tenha sido debatido que as atividades deveriam ter prosseguimento por parte da própria comunidade, houveram opiniões divergentes, apontando as incongruências desse processo. Fica claro que nos depoimentos há um discurso de suposta

desresponsabilização (mesmo que parcial) em relação aos objetivos do projeto traçados junto com essa comunidade.

Entretanto cabe afirmar que, apesar da contradição apontada, o processo de discussão e de decisão das iniciativas deve sim partir, em algum momento, da comunidade de forma autônoma, pois, do contrário, pode determinar uma artificialização da dinâmica social comunitária, estabelecendo um contexto tutelado e propício para a (in) gerência de entidades e de entes exógenos a essa. Claro que também haviam outros membros da comunidade escolar (educadoras da creche) com pontos de vista diferenciados em relação aos depoimentos anteriores, como o da educadora A., relatando que: “Em partes as pessoas se conscientizaram mais. É preciso desenvolver mais atividades que possam levar as pessoas preservar o meio em que elas vivem” e, com isso, na opinião dela “O projeto proporcionou mudanças e deu orientação e acho que tá na hora da comunidade fazer a sua parte.”

Mesmo com essas diferentes opiniões, não foi percebido antagonismo nem inviabilização voluntária e tendencial das atividades em relação a projetos comunitários nessa comunidade ou para que ocorram mobilizações comunitárias em si. Cabe evidenciar, porém, que são ações distintas e com intencionalidades divergentes frente a uma educação ambiental emancipatória que vise à mobilização comunitária, vislumbrando a continuidade sistemática do projeto na comunidade e na creche.

Também ficou evidente que assim como a comunidade teria suas dificuldades peculiares para dar continuidade às ações, a ONG e os participantes do projeto teriam também essa debilidade. Pois, os membros do projeto em 2007 após se retirarem do projeto, nem mesmo a ONG tinha um contingente de pessoas capacitadas e com disponibilidade para dar continuidade ao trabalho junto a Vila Kennedy e a creche. Avaliou-se que a temática ambiental, mesmo com sua considerável importância, pode ser percebida como uma demanda heterônoma em relação a outras, como geração de renda, por exemplo.

Sob esse contexto, a educação ambiental gradativamente se consolida e se naturaliza como algo alheio à reprodução social e à sobrevivência imediata das pessoas. Apesar do reconhecimento social da importância da educação ambiental, esse é um tema que acaba por não ser priorizado, pela falta de disponibilidade ou

motivação para realização de ações educativas, como, por exemplo, na creche e na comunidade. Sendo assim, em uma comunidade escolar que atua em um cenário de reduzida autonomia e com seus agentes fazendo a opção de ausentarem-se ou de não atuar em relação a temas de seu interesse, desenvolve-se uma forte tendência desse espaço social apresentar fracas potencialidades e de sentir-se parte de debates e tensões da sociedade em geral (Bourdieu, 1997).

Dentre essas características, cada grupo social, em função das condições objetivas que caracterizam sua posição na estrutura social, constitui, segundo Bourdieu (1997), um sistema específico de disposições para algum tipo de ação. O acúmulo histórico de experiências, de êxitos e de fracassos nos grupos sociais consolida um conhecimento prático (não plenamente consciente) relativo àquilo que é possível ou não ser alcançado pelos seus membros dentro da realidade social concreta em que agem. Desse modo, determinada posição do grupo no espaço social e suas estratégias de ação seriam mais seguras e possíveis e outras seriam menos viáveis.

Nesse sentido, ao longo do tempo, ainda em Bourdieu (1997), aponta-se que os ajustamentos entre ações comunitárias e condições objetivas de ação passam por um processo no qual as estratégias mais adequadas de reprodução social podem ser adotadas pelos grupos, sendo incorporadas pelos sujeitos como parte do seu *habitus* cotidiano. Essas estratégias podem tanto ter um caráter individualista e não interativo com a comunidade, bem como podem assumir o compromisso de atuar na disputa e definição de rumos das questões de interesse coletivo da comunidade.

Dentre esses aspectos, cabe considerar que, em um campo social, são vividas relações antagônicas, concorrentes e complementares. Portanto, além da certeza em relação aos rumos da educação ambiental, é preciso saber conviver com a incerteza, pois se trata de um contexto conflituoso. Com isso, o entendimento acerca dos problemas socioambientais em uma comunidade, por exemplo, são socialmente construídos, perpassando pela diversidade cultural, político-ideológica e pelos conflitos que permeiam o cotidiano comunitário.

Em meio a essas contradições, caminhos e descaminhos presentes em um projeto de educação ambiental, ainda mais que aponta limitações e o fato de não

alcançar todos os seus objetivos traçados, acredita-se que são características inerentes à constituição da história de sujeitos e as iniciativas que se propõem alterar uma ordem social estabelecida. Enfim buscou-se descrever possíveis formas de interagir juntamente *com* uma comunidade inserida em um processo de desigualdade social e exclusão dos meios necessários para uma vida digna e em um espaço conformado sob diversas conformações socioambientais.

CONCLUSÃO

Com o desenvolvimento dessa pesquisa, junto à iniciativa em educação ambiental na Creche e sua comunidade escolar, conclui-se que, com o conjunto de atividades educativas desenvolvidas de forma multidisciplinar, foram abertas novas possibilidades de trabalhar a noção acerca do ambiente e do contexto cotidiano em que as pessoas vivem. Diante disso é possível que sejam constituídos cenários propícios em oportunidades para a realização de ações em educação ambiental e estimulam as pessoas a interagirem e pensarem acerca do ambiente no qual vivem.

Foi observado durante a pesquisa realizada que a educação ambiental foi trabalhada com uma perspectiva de estímulo a cidadania, no qual foi buscado envolver diversos sujeitos, durante a realização do projeto, como professores, crianças educandas, mães, pais, agentes de saúde da região da Vila Kennedy e a comunidade que reside no entorno da creche. Sob essa perspectiva, foi percebido que estimular e realizar espaços de reunião e diálogo para o exercício da cidadania estimulou a ampliação dos canais de participação social das pessoas que se envolveram nesse processo.

Destaca-se que, perante o contexto explicitado e analisado junto ao referido projeto social, a relação entre meio-ambiente e educação instigou o surgimento e o planejamento de ações de caráter multidisciplinar e de forma participativa para interagir junto a processos sociais complexos como em uma comunidade escolar localizada na Vila Kennedy no município de Santa Maria.

Nessa perspectiva, reafirma-se a importância dos atores que elaboram projetos sociais e atuam junto a eles ressaltarem nestes, como princípios o compromisso com a ampliação do olhar da comunidade acerca do tema meio-ambiente e com a abordagem da questão ambiental sob uma perspectiva interdisciplinar e engajada socialmente. Com isto, abrem-se diversas possibilidades para realização de práticas interdisciplinares, bem como para a ampliação do olhar da comunidade sobre suas problemáticas.

Outros aspecto que vale ressaltar é a percepção de que com o decorrer dos acontecimentos junto ao projeto, observou-se a inviabilidade de atividades calcadas na educação tradicional prosperarem, ainda mais em um contexto com um processo

de exclusão social e pauperismo entre muitos moradores e trabalhadores formais e informais com alta carga horária de trabalho.

No decorrer desse processo foi possível perceber que com a participação dos interessados em promover algum tipo mobilização social, pode ocorrer junto às pessoas e o campo social em que vivem o questionamento de normas e princípios estabelecidos historicamente na comunidade. Esse questionamento de normas e princípios junto a comunidade escolar estariam principalmente centrados em relação a práticas e preceitos assistencialistas possivelmente existentes.

Nesse cenário tornou-se propício o surgimento de desafios no dia-a-dia da comunidade escolar e do projeto em questão nos espaços de educação formal (creche) e não-formal (espaços de reunião da comunidade). Esses desafios estariam calcados em relação ao desenvolvimento de ações em educação ambiental sob uma perspectiva crítica e inovadora das questões socioambientais, tendo como um dos objetivos centrais a discussão acerca de questões em cidadania.

Portanto, um primeiro passo que pode ser dado para o planejamento e realização desse conjunto de ações educativas junto a uma creche e outras instituições é levar em consideração as dificuldades, contradições e demandas socioambientais em debate na sociedade atualmente e nas comunidades locais. Com isso vem à tona um aspecto tácito a essa pesquisa, concluindo que apenas questionar e querer transformar a estrutura e as ações educativo-pedagógicas da creche em si seria inócuo sob o ponto de vista reflexivo e de mobilização comunitária. Nesse sentido, também é importante questionar as políticas públicas educacionais e a atual conjuntura social em que nos defrontamos cotidianamente, a fim de poder partilhar os rumos e perspectivas desse processo, criando as condições necessárias para ressaltar projetos e ações de estudantes e profissionais que também interagem nesse campo social.

Mais um aspecto que foi possível observar no decorrer do projeto que foi desenvolvido em um espaço de educação formal é que a mudança das ações pedagógicas cotidianas e o desenvolvimento de atividades objetivando a interdisciplinaridade implica em muitas relações de diálogo e acordos entre os atores que inter-atuam nesse cenário, tendo como exemplo nesse caso: escola e professores; professores e estudantes; professores e pais; escola e comunidade;

escola / comunidade / universidades/ ONGs. E isso, em variados graus de implicações, os integrantes do projeto e da comunidade que aderiram à proposta tentaram realizar com compreensão e partilha de saberes, levando em consideração as características socioambientais e culturais concebidas na creche.

Entretanto, entendo como importante ser chamado à atenção que a atuação das ONGs e ações em educação ambiental podem atuar em prol da ampliação do campo da cidadania e dos direitos sociais nas comunidades que atuam ou podem atuar restringindo suas ações junto às comunidades e escolas de forma excessivamente subjetiva, assistencialista e individualista.

Com isso percebi que, por meio dos depoimentos, relatos e observações junto à comunidade escolar e no decorrer das ações do projeto veio à tona o que pode ter sido uma das facetas mobilizadoras dessa iniciativa, demonstrando o potencial que projetos sociais em educação ambiental podem ter, mesmo com possíveis debilidades e contradições.

Desse modo o projeto mesmo com possíveis falhas oportunizou de algum modo o contato das crianças, comunidade e educadores com o tema ambiental, com a interação entre esses atores acerca dessa temática proporcionou momentos de reflexão em relação aos problemas ambientais enfrentados na sociedade em geral e na comunidade, naquela ocasião.

Contudo, cabe destacar da mesma forma, que as informações e dados coletados durante a pesquisa também apontam debilidades e contradições em relação aos objetivos estabelecidos pelo projeto, inclusive aos que se referem ao debate acerca da questão da consciência ambiental. Isso inicialmente evidenciou-se nos depoimentos dos participantes do projeto, pois em seu conteúdo pouco se observou declarações e considerações que abordassem argumentos em relação a temas como “cidadania”, “mobilização comunitária”, “participação”, “social”, ou mesmo citação desses termos.

Do mesmo modo, foi constatado que o projeto teve um planejamento metodológico com traços e contornos bem definidos e executados, sendo um trabalho coletivo e, por que não dizer, multidisciplinar. Entretanto, saliento que a iniciativa não conseguiu dar conta das dimensões epistemológicas e socioambientais da educação ambiental, afastando-se da formação de uma

consciência ambiental e de um trabalho interdisciplinar e aproximando-se em certa medida de uma sensibilização ambiental. Ressalto que a multidisciplinaridade alcançada no transcorrer do projeto, epistemologicamente possibilitou uma articulação mais real, das possíveis relações entre agentes sociais e o ambiente, pois ao menos provocou o questionamento do conhecimento linear e disciplinar.

No entanto cabe deixar claro, que não necessariamente um grupo de pessoas sensibilizadas é que irão incorporar e mobilizar-se em relação à temática ambiental, abordando o tema de forma mais ampla e coletiva. Sobretudo concluo que quando opta-se em relação a determinados métodos educativos, esses não devem reduzir-se somente a quaisquer medidas, procedimentos e técnicas educativas apenas, mas devem estar embasados em conjunto com reflexões teóricas e práticas acerca da temática problematizada.

Portanto, por mais que no transcorrer do projeto social analisado, tenham sido levados em consideração diversos aspectos políticos, educacionais e de concepção do mesmo, a opção de não ter priorizado a promoção de espaços formativos em relação à temática ambiental, predispôs o desencadeamento de distorções e algumas possíveis contradições em seu desenvolvimento. Porém, não significa, que sendo seguidas rigorosamente “modelos” de etapas metodológicas e que realizando diversas ações de formação e educação ambiental no decorrer do projeto, as mesmas debilidades não poderiam ter se manifestado, mas significaria pelo menos um esforço em evitar espontaneísmos e ações elaboradas de alguma forma simplista.

Mais um aspecto apontado é referente ao desenvolvimento do projeto. Durante a realização de muitas atividades foi desconsiderado que a iniciativa em si, inseria-se e interagia em um contexto comunitário permeado de múltiplas relações sociais que não são oriundas somente da comunidade e estão relacionados com o atual modelo econômico e social em que vivemos na sociedade.

Com isso observei a tendência de um cotidiano, por parte de muitos participantes da iniciativa, que não permitiu ou possibilitou a realização de mais atividades ou reuniões que proporcionassem pensar e refletir os acontecimentos do dia-a-dia da comunidade, devido suas atividades cotidianas de trabalho assalariado, cuidado da família e moradia, estudo escolar e outras demais ocupações.

Diante disso, destaco que no decorrer do projeto social analisado pode ter sido substancialmente desconsiderado que o despertar da consciência ambiental não é somente responsabilidade dos indivíduos em si ou um coletivo específico, mas requer uma análise do espaço social e, sobretudo, tentar despertar um envolvimento social que motive vivências cotidianas que envolvam o contexto comunitário a ser trabalhado.

No transcorrer do projeto observei, em meio à pesquisa, que as dificuldades da comunidade escolar da creche e dos membros do projeto eram levadas em consideração e debatidas em reunião. Por meio dessa forma de diálogo procurou-se respeitar as especificidades do local, evitando o planejamento de ações e discussões do projeto como cumprimento de agenda ou que não pudessem ser realizados de forma refletida e formulada junto à comunidade.

Concluo que uma comunidade participando e fortalecendo os espaços de interação social e política no local onde vivem torna possível o acúmulo de atribuição de novos valores a essas experiências. Dessa maneira, as formas de organização comunitária são ressignificadas, possibilitando a gestação de atitudes baseadas em valores políticos e éticos que almejem uma sociedade com justiça social. Entendo que nesse processo de maturação e debate acerca da cidadania, na sociedade atualmente, projetos sociais em educação ambiental emancipatória devem estar comprometidos nesse sentido.

Afirmo que a educação ambiental pode atuar como um componente essencial no processo de formação, devendo assumir-se enquanto educação permanente, com abordagens voltadas para a resolução de problemas e contribuindo para o envolvimento ativo de uma comunidade em relação a um tema. O sistema educativo poderia, dessa forma, assumir um papel mais relevante e realista, proporcionando uma maior interdependência entre este sistema e o debate acerca das questões socioambientais atualmente, provocando situações e reflexões que permitam superar a estrutura educacional disciplinar. Acredito que a educação formal, enquanto processo educativo, não deveria se esgotar dentro dos muros de uma escola, pois seria pertinente e necessário à realização de debates junto às comunidades escolares relativos a possibilidade da constituição nos currículos escolares de uma educação com enfoque ambiental e popular.

Mais um aspecto a ser ressaltado é que a relação do projeto “Educação Ambiental na Vila Kennedy” com a educação formal na vila, nesse caso a creche, além de ter se proposto a atuado em caráter comunitário, teve fortes traços extensionistas. Com isso, foi proporcionado para os estudantes oriundos da UFSM, que participaram das atividades do projeto, uma intensa experiência, contato e vivência com a comunidade do Bairro Salgado Filho, possibilitando para estes uma formação profissional diferenciada e uma sensibilidade política e social mais aguçada. A ONG-CEMPA e os integrantes do projeto colocaram-se em uma postura de parceiros da creche e também de responsáveis por diversas tarefas no projeto. Porém, muitas vezes, nas reuniões do projeto, em momentos de tensão e crise, dialogou-se sobre o respeito e a compreensão acerca das limitações que estão implicadas em estimular ações e reflexões em cidadania dentro de uma comunidade como a Vila Kennedy.

Sob esse ponto de vista, concluo que mesmo com algumas dificuldades inerentes a esse processo, a CEMPA e a Creche Municipal Fiori Druck interagiram e conseguiram desenvolver ações em comum, que mobilizassem a comunidade. Tendo por base as questões que nortearam o projeto social em questão e essa pesquisa, posso dizer que essa iniciativa deve ser observada não como um modelo a ser seguido e reproduzido, mas como um exemplo para estudantes, multiplicadores e trabalhadores em educação, dos possíveis (des) caminhos que as iniciativas em educação ambiental podem ter.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABONG. **Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. ONGs no Brasil: Perfil e catálogos das associadas.** Disponível em: www.abong.org.br/novosite/institucional/abong.asp. Acesso em: 03 de Abril de 2007.

ALENCAR, C. **Terra dos sem-cidadania.** In: AZEVEDO, J.; GENTILI, P. et al. (Orgs.). *Utopia e democracia na educação cidadã.* Porto Alegre: Universidade/UFRGS/Secretaria Municipal de Educação, 2000.

ALVES, J.A.L. “**Direitos humanos, cidadania e globalização**”. Lua Nova, CEDEC, São Paulo: nº 50, 185-206, 2000.

BERGER, Guy, (1972). **Conditions d'une problématique de l'interdisciplinarité.** In Ceri (eds.) **L'interdisciplinarité.** Problèmes d'enseignement et de recherche dans les Université, pp. 21-24. Paris: UNESCO/OCDE.

BOFF, Leonardo, “**Do iceberg à Arca de Noé, O nascimento de uma ética planetária**”, Rio de Janeiro. Ed. Garamond Ltda, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação.** Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Les usages sociaux de la science. Pour une sociologie clinique du champ scientifique.** Paris: Editions INRA, 1997.

_____. “**A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista**”. In ZIZEK, S. (Org.) **Um mapa da ideologia.** Rio de Janeiro: Contraponto, 269-276, 1996.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico.** Trad.: Tomas, Fernando. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. **VER-SUS/Brasil.** Disponível em: www.saude.gov.br/sgtes/versus. Acesso em: 14 de julho de 2006.

_____. **Plano Nacional de Educação.** Brasília, DF: Senado Federal; UNESCO, 2001.

_____. Casa Civil. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: URL: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L9795.htm> em 02/2006. Acesso em: 16 de agosto de 2008.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente, saúde.** Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

CARVALHO, I. C. DE M. **PROJETO INTEGRADO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA PARA PROFESSORES DA REDE PÚBLICA – UFSCar. QUAL EDUCAÇÃO AMBIENTAL? ELEMENTOS PARA UM DEBATE SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL POPULAR E EXTENSÃO RURAL.** Pró-Ciências CAPES /SEE/DE. 2002.

Disponível em: http://www.dm.ufscar.br/~salvador/homepage/pro_ciencias_2002/materialdistribuido/Educacao%20Ambiental%20e%20Meio%20Ambiente/texto_Isabel_EARE.pdf. Acesso em: 23 de julho de 2008.

_____. **Educação ambiental crítica: nomes e endereçamentos da educação.** In: MMA/ Secretaria Executiva/ Diretoria de Educação Ambiental (Org.). *Identidades da educação ambiental brasileira.* Brasília: MMA, 2004.

_____. **Uma leitura da educação ambiental em cinco estados e um bioma no Brasil.** Porto Alegre, nov. 2004. Relatório de pesquisa. Disponível em: www.rebea.org.br. Acesso em: 12 de abril de 2008 .

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COSTA NETO, Canrobert. **Discutindo referencias para a construção de saberes socioambientais. Sociologia e desenvolvimento rural sustentável: a alternativa agroeco-sociológica.** In: CANUTO, J.C.; COSTABEBER, J.A. (org.) *Agroecologia: conquistando a soberania alimentar.* Porto Alegre: EMATER/RS; Pelotas: EMPRAPA clima temperado, 2004.

DAGNINO, E. **Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades.** In: DAGNINO, Evelina (org.). Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. Paz e Terra. 2002.

DEMO, P. **Participação é conquista.** São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Pobreza Política.** Campinas: Autores associados, 1996.

_____. **Metodologia em Ciências Sociais.** 3^o ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DIAS, G. F. 2002. **Pegada Ecológica e sustentabilidade humana.** Editora Gaia. São Paulo-SP. 257p.

FAZENDA, Ivani C. A. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia.** São Paulo, Loyola, 1979.

FERREIRA, L. C. **Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro.** In: *Ambiente e Sociedade*, São Paulo: Unicamp, ano 2, n. 5, 1999.

FRACALANZA H. **As pesquisas sobre educação ambiental no Brasil e as escolas: alguns comentários.** In: Guerra, A.F Taglieber, J. & Guerra, A. (orgs.) Pesquisa em educação ambiental: Pensamentos e reflexões de pesquisadores em educação ambiental. Pelotas, RS. Editora Gráfica Universitária, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa.** 3.^o ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. **Extensão e comunicação.** 15^o ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Ação Cultural para a Liberdade e outros Escritos.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

GADOTTI, M. **Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido.** Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

_____. **Convite à leitura de Paulo Freire.** São Paulo: Scipione, 1999.

_____. **INTERDISCIPLINARIDADE Atitude e Método.** Instituto Paulo Freire. Universidade de São Paulo. 1997.

GANDIN, D.; GANDIN, L. A. **Temas para um projeto político-pedagógico.** 4.ed. Petrópolis:Vozes, 2001.

GENTILI, Pablo; ALENCAR, Chico. **Educar na esperança em tempos de desencanto.** 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. v. 1. 144 p.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e educação.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GRANDISOLI. E A.C, **Educação Ambiental Urbana (EAUrb) - uma alternativa de ensino nos grandes centros urbanos.** Disponível em: <http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=>. Acesso em: 03 de Julho de 2007.

GUERRA, A. F. S. Refletindo **sobre a inserção da dimensão ambiental na formação docente.** In:ZAKREZEVSKI, S. B.; BARCELOS, V. (Org.) Educação Ambiental e compromisso social: pensamentos e ações. Erechim: EdiFAPES, p. 41 – 62, 2004.

GUSDORF, Georges, (1990). **Réflexions sur l'interdisciplinarité.** Bulletin de Psychologie, XLIII, 397, pp. 847-868.

HADDAD, S. (Org.). **ONGs e universidades:** desafios para a cooperação na América Latina. 1. ed. São Paulo: ABONG; Fundação Peirópolis, 2002. v. 1-146 p.

JACOBI, Pedro Roberto. **Meio Ambiente Urbano e Sustentabilidade: alguns elementos para reflexão.** In Clóvis Cavalcante (org.). Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Políticas sociais locais e os desafios da participação cidadina.** Cadernos de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 443-454, 2002.

_____. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade.** Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, São Paulo, v. 118, p. 189-205, 2003.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e Patologia do saber.** Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KONDER, L. **O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Karl Marx no século XXI.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

KOWARICK, L. **A Expolição Urbana.** São Paulo: Paz e Terra, 1980.

LANDIM, Leilah. **Múltiplas identidades das ONGs.** IN: HADDAD, Sérgio (org).ONGs e Universidade: Desafios para a cooperação na América Latina. São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, 2002.

LAYRARGUES, P. P. (Org.); CARVALHO, I. C. M. (Org.); GUIMARAES, M. (Org.); AVANZI, M. R. (Org.); RUSCHEINSKY, A. (Org.); LOUREIRO, C. F. B. (Org.); LIMA, G. F. C. (Org.); QUINTAS J. S. (Org.); MUNHOZ, D. (Org.). **Introdução. Identidades da Educação Ambiental Brasileira.** 1. Ed. Brasília: MMA, 2004. V. 1. 156 p.

LEFF, Enrique. **Pensar a complexidade ambiental.** In: LEFF, Enrique (org.). A Complexidade Ambiental. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Epistemologia ambiental.** São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Los problemas del conocimiento y la perspectiva ambiental del desarrollo.** México: Siglo XXI, 1986.

LEIS, Héctor. **O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização.** Blumenau/SC: Gaia/FURB, 1996.

LIBÂNEO, J. C. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994. 261p.

LIMA, G.F.C. **Crise Ambiental, Educação e Cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória.** In: Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania. Rio de Janeiro: Cortez, 2004.

LOUREIRO, C. F. B. **Educação Ambiental Transformadora. Identidades da educação ambiental brasileira** / Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (coord.). – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. P. 65-85.

MARTINEZ, Mónica Montaña. **Análise da percepção das questões ambientais dos alunos das 7^a e 8^a séries de uma escola pública (estudo de caso)**. Monografia de especialização . UFSM. Santa Maria, RS, Brasil. 88f. 2006.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso. Ensaio de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MEDINA, N. M. **Breve histórico da educação ambiental**. PADUA, S. M.; TABANEZ, M. F. (Orgs.) Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil. Brasília: Ipê, 1997.

_____. **A inserção dos temas Transversais nos Currículos Escolares. Bases Pedagógicas**. Petrópolis: Ed. VOZES, 1998. Referências adicionais: Brasil/Português; Meio de divulgação: Impresso.

MINASI, L.F. **Participação Cidadã e Escola Pública: A Importância da A.P.M.** Dissertação (Mestrado em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 126f. 1996.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social; crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 4.^a Ed. São Paulo: Cortez, 2007. 288 p.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. SP:Cortez; Brasília:UNESCO, 2000.

MUÑOZ PALAFOX, G. H. (Org) **Planejamento coletivo do trabalho pedagógico - PCTP: a experiência de Uberlândia**. Uberlândia: Linograf/Casa do Livro, 2002.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas Belo Horizonte: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas/ UFMG, 2000. 193 p.

NORGAARD, R. B. **Una sociología del medio ambiente coevolucionista.**In: REDCLIFT, M. YWOODGATE, G. (coords.). Sociología del medio ambiente: una perspectiva internacional Madrid:McGraw Hill, 2002. p.167-178.

PALMADE, Guy. **Interdisciplinaridade e ideologias.** Madrid: Narcea, 1979.

PEDRINI, Alexandre de Gusmão. **Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas.** 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. **Projeto de implantação do Programa de Saúde da Família (PROESF).** Santa Maria: Secretaria de Município de Saúde, 2003.

REDCLIFT, M. **Os novos discursos da sustentabilidade.** In: FERNANDES, M.; GUERRA, L. (Orgs.). Contra-discurso do desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento sustentável. Manaus: Unamaz, 2003.

REIGOTA, M. **Desafios à educação ambiental escolar.** In: JACOBI, P. et al. (orgs.). **Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências.** São Paulo: SMA, 1998. p.43-50.

RUSCHEINSKY, Aloísio. **ATORES SOCIAIS E MEIO AMBIENTE: A MEDIAÇÃO DA ECOPEdagogia. Identidades da educação ambiental brasileira.** Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (coord.). – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 156 p.

SEVILLA GUZMÁN, E. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.** Capítulo 4. Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, DF:Embrapa Informação Tecnológica, 2005 p. 103-132.

SILVA, Daniel José da. **WORKSHOP SOBRE INTERDISCIPLINARIDADE. Marcos Conceituais para o Desenvolvimento da Interdisciplinaridade.** O PARADIGMA TRANSDISCIPLINAR: UMA PERSPECTIVA METODOLÓGICA PARA A PESQUISA AMBIENTAL. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos, 2 e 3 de dezembro de 1999. Disponível em: www.redebrasileiradetransdisciplinaridade.net/file/1/Artigos_dos_membros_da_Rede/O_paradigma_transdis.php. Acesso em: 12 de abril de 2008.

SIQUEIRA, H, S, G. **INTERDISCIPLINARIDADE, SINÔNIMO DE COMPLEXIDADE.** Publicado no Jornal "A Razão" em 02.10.2003. Disponível em: <http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/mundorede.html>. Acesso em: 09 de outubro de 2008.

SMOLKA, M. (1994) **Problematizando a intervenção urbana.** *Cadernos IPPUR*, ano VIII, nº 1, Rio de Janeiro.

SORRENTINO, M. **De Tbilisi a Tessaloniki, a educação ambiental no Brasil.** In: **JACOBI, P. ET al. (orgs.). Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências.** São Paulo: SMA.1998. p.27-32.

SOUZA, A. K. **A relação escola-comunidade e a conservação ambiental.** Monografia. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2000.

SPOSATI, Aldaíza. **Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo.** São Paulo: EDUC, 1996.

TAVARES, M. G. O. ; MARTINS, Eliecia de Fátima. **A Educação Ambiental, estudo e intervenção do meio.** Revista Iberoamericana de Educação, ESPANHA Dezembro de 2002, v. 30, p. 01-10, 2002.

TRES, L. **A RESISTÊNCIA COMO PRÁXIS DOS MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS E ECOLÓGICOS.** *Práxis Educativa*. Ponta Grossa, PR, v. 1, n. 1, p. 67-76, jan.-jun 2006.

TRISTÃO, M. **As Dimensões e os desafios da educação ambiental na sociedade do conhecimento.** In: RUSHEINSKY, A. (org.). *Educação ambiental: abordagens múltiplas.* Porto Alegre: Artmed, 2002. p.169-173.

VIÉGAS, A. **Complexidade: uma palavra com muitos sentidos.** In: *Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras (es) Ambientais e Coletivos Educadores.* 2005.

ZART, L. Luiz. **Desafios Locacionais para o Desenvolvimento da Educação Ambiental.** Disponível em: <http://www.unemat-net.br/revista/vol01/desafios.php>. Acesso em: 22 de março de 2008.

ZEPPONE, R. M. O. **Educação Ambiental: teoria e práticas escolares.** 1ª ed., Araraquara, JM Editora, 1999.

ANEXOS

Anexo A – Roteiro semi-estruturado de entrevistas**PROPOSTA DE QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA A SER REALIZADA COM EDUCADORES NA CRECHE MUNICIPAL FIORI DRUCK**

- 1- Você entende como importante o desenvolvimento de atividades em educação ambiental no espaço educativo-social de uma creche, como a Fiori Druck, por exemplo? Por quê?
- 2- De que forma na sua opinião, as atividades desenvolvidas no decorrer do ano letivo na creche municipal Fiori Druck, pelo Projeto: “Educação Ambiental na Vila Kennedy”, tiveram importância no auxílio e desenvolvimento da “consciência ambiental” das crianças educandas e da comunidade escolar?
- 3- Você participou das atividades desenvolvidas pelo Projeto? Tem alguma em especial que gostaria de destacar?
- 4- Você acha que o projeto auxiliou, para que atividades em educação ambiental, sejam implementadas de forma cotidiana e constante no desenvolvimento das ações pedagógicas da creche?
- 5- Quais as transformações no espaço físico da creche e/ou mudanças de hábito que você notou na comunidade que freqüentam o espaço?
- 6- Consegue-se perceber alguma mudança de atitude por parte das pessoas da Vila Kennedy, em relação ao ambiente comunitário e ao cuidado com a creche, após o trabalho desenvolvido e que vem acontecendo?
- 7- Após o desenvolvimento do projeto junto com estudantes na creche e na Vila Kennedy, quais os desafios que você acha que ficam para a comunidade, no debate e nas ações em relação ao meio ambiente e cidadania?

Anexo B – Roteiro com algumas atividades em educação ambiental planejadas e realizadas (nem todas) com os educandos da Creche Municipal Fiori Druck, durante o Projeto Educação Ambiental na Vila Kennedy.

Proposta de Prática Escolar em Educação Ambiental -1

Atividade recomendada até o Ensino Fundamental.

Mímica: Para quê serve a água?

Essa proposta tem como objetivo trabalhar a imaginação, expressão corporal e as percepções visuais, tátil e auditiva.

Pedir para que os estudantes encenem (dramatizem) as respostas: cozinhar, beber, tomar banho, lavar roupa, lavar louça, nadar, meio de transporte, irrigação, viver, sobreviver, etc.

Proposta de Prática Escolar em Educação Ambiental -2

Atividade recomendada para todos os níveis de ensino.

Roda de Conversa: Falta de água?

Organizar os estudantes em forma circular e por meio de um instrumento gerador como uma figura, por exemplo, contar uma estória, visando estimular a discussão do tema abordado, explorando e ouvindo suas opiniões. O educador seria apenas o mediador da conversa, atuando no esclarecimento e dúvidas em relação ao tema e garantindo a possibilidade de cada estudante envolvido se expressar.

Essa proposta tem como objetivo pedagógico estimular a auto-estima, ampliação de repertório oral, a percepção auditiva, agilidade e a concentração dos participantes.

Proposta de Prática Escolar em Educação Ambiental -3

Atividade recomendada para todos os níveis de ensino.

Projeção de desenhos em aquarela: Desmatamento.

Essa atividade consiste em projetar imagens de áreas de florestas desmatadas, queimadas, corte de árvores, áreas de lazer sem árvores e muitos outros exemplos de desmatamento que comprometam a manutenção do ecossistema das florestas e das cidades, afetando a da vida das comunidades.

Com essa proposta, espera-se que em meio aos exemplos e relatos a possibilidade de debater a relação escola-comunidade.

Mostrar as transparências e a partir das imagens questionar os educandos sobre:

O que se pode fazer para não poluir o meio em que vivemos?

Em casa, na praia, na escola, na comunidade, etc?

Proposta de Prática Escolar em Educação Ambiental -4

Atividade recomendada da Pré-Escola até o Ensino Básico.

Roda de história: A viagem no Ciclo da Água

A utilização de estórias como instrumentos ricos em possibilidades, pois antecedendo a leitura, o estudante já trabalha sua imaginação.

A partir de uma estória lúdica, trabalhar com o ensino do ciclo da água, abordando formações de chuvas, e também trabalhando os estados físicos da água.

Pode-se complementar a estória com mais acontecimentos, ou propor para os estudantes, continuarem a contá-la como forma de despertar a criatividade e também como forma de verificação do aprendizado sobre o ciclo adequadamente.

Com essa proposta pode se trabalhar a ampliação de repertório oral, a imaginação, a concentração, percepção auditiva.

A ESTÓRIA DA ÁGUA:

“Era uma vez uma gotinha de água que vivia num rio (pode ser usado outras formas como oceano, lagos, etc) com muitas outras gotinhas.

Elas gostavam de viver lá com seus amigos peixinhos e algas, mas quando o sol começava a esquentar a água, já sabiam que era hora de viajar, e essa viagem se chamava Ciclo da água.

As gotinhas viviam para cima e para baixo, e a gotinha pequenina não queria viajar com as outras, pois elas estavam indo para o céu, através da evaporação, formar a chuva. Ela gostava de ficar no rio e passear pelos lugares onde ela passava.

As gotinhas insistiram para que a pequena gotinha fosse junto. Explicaram a ela que sua ajuda seria muito importante, pois a chuva só acontece a partir de uma grande concentração de gotas, onde todas ficam bem juntinhas formando uma nuvem bem pesada.

A Terra estava precisando muito de água, os animais, as plantinhas as crianças e os adultos também.

“Então, a gotinha percebeu que sua participação seria muito importante e lá se foi à pequenina, com as suas amigas, formar a grande nuvem, de onde virá à chuva.” FONTE: SABESP – SP.

Proposta de Prática Escolar em Educação Ambiental -5

Sugestão de trabalho para o Ensino Básico e Fundamental.

Apresentar o tema "Água no Planeta Terra".

Duração aproximada: 45 min.

Material: 01 globo terrestre, 01 recipiente transparente de 2 litros, 01 conta gotas, bola.

Planeta Terra

Busca desenvolver a percepção tátil, visual, conhecimento lógico-matemático, compreensão de regras, estreitamento das relações consigo e com o outro.

Usar um globo terrestre para mostrar o Planeta Terra, sua forma e do que é formado. Localizar o país e a cidade onde reside.

Perguntar o que representam as partes pintadas de azul (oceanos / águas) e as partes em marrom (continentes / terras).

Mostrar aos estudantes as quantidades de água doce e salgada existente no Planeta Terra, usando um recipiente (2 litros) para a água salgada e um para conta-

gotas para água doce. Demonstrar e discutir a respeito da água que o ser humano utiliza e consome, lembrando sempre que a quantidade de água doce é muito pequena em relação ao número de pessoas que habitam o Planeta.

No desenvolver da prática escolar utilizando um copo de água. Perguntar: Uma pessoa pode satisfazer sua sede. E se este mesmo copo fosse dividido entre todos (as) da sala? Será que a água seria suficiente para todos?

Proposta de Prática Escolar em Educação Ambiental -6

Atividade recomendada até o Ensino Fundamental.

Jogo da Água

Dependendo do espaço físico, formar um círculo ou permanecer nas cadeiras na sala de aula. Essa atividade permite estimular o desenvolvimento da percepção tátil, auditiva, atenção, expressão corporal, habilidade motora, agilidade e compreensão de regras.

O jogo se desenvolve a partir da contagem numérica de 1 a 3. Quando chegar ao 3, o professor e/ou mediador deverá parar o jogo e o estudante que estiver com a bola responderá a uma pergunta. Após a resposta, dar prosseguimento à contagem. Sugestão de Perguntas. Exemplos:

- Como é formado o Planeta Terra?
- Tem mais terra ou mais água?
- Tem mais água doce ou salgada?
- Água salgada serve para quê?
- Para que serve a água doce? (explorar o assunto)

O educador poderá ir terminando o jogo à medida que as perguntas forem se esgotando e antes que os estudantes percam o entusiasmo. A manipulação dos objetos (globo terrestre, bola, objeto alusivo ao tema do jogo) também é importante.

Pode-se usar música no lugar da contagem, e quando a música parar quem estiver com o objeto na mão responde a pergunta.